Veículo Oficial de publicação dos atos oficiais do Município de Maricá | www.marica.rj.gov.br

Ano VIII • Edição nº 642

# Prefeito acompanha início da abertura do canal da Barra de Maricá

passar a madrugada de acompanhando a situação dos efeitos das chuvas em toda Maricá, o prefeito Washington Quaquá acompanha desde as primeiras horas da manhã desta terça-feira (01/3) o trabalho de homens e máquinas que iniciaram a abertura do canal da Barra, que vai ligar as águas do mar às do sistema lagunar da cidade. O intuito é dar vazão ao excesso de água e diminuir o nível das margens. A régua de medição no espelho d'água que fica na Divinéia marcava, por volta das 7 horas, uma altura de 65 centímetros, 15 acima do limite considerado aceitável pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA), o que já justificaria a operação após um acordo entre o órgão estadual e a prefeitura. Durante a manhã o nível subiu ainda mais e, às 13 horas, chegou a 70 centímetros.

A decisão pela abertura do canal da Barra de Maricá foi tomada ainda na noite de segunda-feira (29/2), quando já se contabilizavam os prejuízos causados pela forte chuva que atingiu toda a região metropolitana do Rio. O índice pluviométrico registrado em Itaipuaçu, bairro mais atingido na cidade, chegou a 170 milímetros, considerado de intensidade máxima. O número de desabrigados chegou a 650, a maioria moradores do residencial Carlos Marighella (condomínio do programa 'Minha Casa, Minha Vida' no bairro), que perderam quase tudo o que tinham.

"Vou enviar uma mensagem à Câmara dos Vereadores para que façamos a compra emergencial de móveis e utensílios para essas famílias. Também queremos desapropriar o terreno que fica próximo ao condomínio e construir um piscinão para escoar o acúmulo de água que se forma no entorno", antecipou o prefeito, que cobrou de representantes do INEA providências para a limpeza dos rios e córregos da cidade. O superintendente do órgão para a região da Baia de Guanabara, Paulo Cunha, alegou que é preciso cumprir um rito burocrático para o início desses trabalhos. Na conversa com Quaquá, Cunha afirmou que a abertura do canal foi autorizada pelo INEA, ao contrário de um documento que chegou a ser assinado pelo vice-presidente José Maria de Mesquita Júnior, proibindo a operação.

No dia 29 de janeiro, foi iniciado um trabalho preventivo para possibilitar a eventual abertura de um canal ligando o mar à lagoa, na altura da ponte da Barra de Maricá. Homens e máquinas começaram a nivelar o trecho de areia até uma altura de dois metros do nível de água da lagoa. Na ocasião ficou acertado que, em caso de uma subida repentina em razão de chuva forte, o trecho seria aberto para o escoamento do fluxo, o que ocorreria somente se a altura da lâmina d'água ficasse entre 50 e 60 centímetros.



Altura do nível da lagoa chegou a 70 centímetros de altura, 20 acima do limite de segurança

Texto: Sérgio Renato Fotos Fernando Silva

### Sumário

Conteúdo

**ATOS DO PREFEITO** 2 SECRETARIA EXECUTIVA DE GESTÃO GABINETE DO PREFEITO ARTICULAÇÃO GOVERNAMENTAL 4 **SECRETARIA ADJUNTA** DE **ADMINISTRAÇÃO** 4 SECRETARIA EXECUTIVA DE GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E PETRÓLEO 4 SECRETARIA ADJUNTA DE DIREITOS **HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR 5** 

SECRETARIA ADJUNTA DE EDUCAÇÃO 5

SECRETARIA ADJUNTA DE TURISMO 7

SECRETARIA ADJUNTA DE SAÚDE

### **Expediente**



### #MelhorandoAVidaDoPovo







Jornal Oficial de Maricá

Veículo de publicação dos atos oficiais da Prefeitura Municipal de Maricá.

Órgão Responsável Setor de Imprensa

R. Álvares de Castro, 346 - Centro Maricá/RJ - Tel.: (21) 3731-0289 CNPJ nº: 29.131.075/0001-93

Jornalista Responsável Sérgio Renato - RG MTb: 23259

Fernando Silva | Clarildo Menezes

Diagramador

Robson de Camargo Souza

Empresa Jornalística Real ZM Notícias Ltda. - Rua Professor Heleno Cláudio Fragoso, 529 - Jardim Iguaçu - RJ

Tiragem 1.000 exemplares

Órgãos públicos municipais

Coordenadoria de Comunicação Social

Prefeito Municipal Washington Quaquá

www.marica.rj.gov.br

### **ATOS DO PREFEITO**

DECRETO Nº 21, DE 01 DE MARÇO DE 2016.

Regulamenta a Lei Municipal nº 2465, de 23 de Setembro de 2013, que dispõe sobre a Concessão de Benefícios Eventuais da Política Municipal de Assistên-

CONSIDERANDO que o artigo 127,VII, da Lei Orgânica do Município de Maricá, prevê a competência do Prefeito do Município para expedir decretos, portarias e outros atos administrativos;

CONSIDERANDO que o artigo 443, caput, da Lei Orgânica do Município de Maricá prevê a necessária observância aos princípios vigentes à Constituição Federal na aplicação das Leis e Decretos;

CONSIDERANDO o artigo 203 da Constituição Federal que estabelece preceitos atinentes à assistência social;

CONSIDERANDO o artigo 22 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, alterada pela Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011 que dispõe sobre a organização da Assistência Social;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 15, inciso IV e artigo 23 da Lei Orgânica da Assistência Social, quanto à responsabilidade do Município em assistir aos munícipes em situações de vulnerabilidade temporária e assistência social emergencial, possibilitando o resgate de direitos, autoestima e a reconstrução de seus projetos de vida;

CONSIDERANDO ainda que o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana (artigo 1º da Constituição Federal)

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ, no uso das suas atribuições le-

gais; DECRETA

CAPÍULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O presente Decreto regulamenta a Lei Municipal nº 2465, de 23 de Setembro de 2013, que dispõe sobre a Concessão de Benefícios Eventuais da Política Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se:

I - família - toda unidade nuclear, composta por uma ou mais pessoas, eventualmente ampliadas por outras que com ela possuam laços de parentesco ou de afinidade, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros.

II - família em situação de emergência - toda família, nos termos do inciso I deste artigo, que teve sua moradia destruída ou interditada, em função de deslizamento, inundações, incêndio ou outras condições que impeçam o uso seguro da moradia, desde que interditada pela Defesa Civil e que a família tenha residência fixa no município.

CAPÍULO II - DO BENEFÍCIO EVENTUAL DO ALUGUEL SOCIAL

Título I – Das Disposições Gerais

Art. 3º Fica autorizado o beneficio eventual, na forma de aluguel social, nos casos de desabrigados, nos termos da Lei Municipal nº 2465, de 23 de Setembro de 2013.

Art. 4° O aluguel social é um beneficio assistencial, não definitivo, destinado a atender necessidades de famílias em vulnerabilidade temporária.

Art. 5º Caracteriza-se como baixa renda, para efeito deste decreto, as famílias com renda mensal de até 3 (três) salários mínimos.

Título II – Das Características

Art. 6º Por meio do benefício eventual, o aluguel social será concedido às famílias afetadas por um período por 3 (três) meses, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, através de solicitação de prorrogação do beneficiário que será analisado pelo corpo técnico da Secretaria Adjunto de Assistência Social do Município.

§1º O valor mensal do benefício previsto no caput deste artigo será de R\$700,00(setecentos) reais;

§2º Na hipótese do aluguel contratado ser inferior ao benefício concedido, o pagamento limitar-se-á ao valor do aluguel do imóvel locado.

Art. 7º O imóvel objeto da locação deve ser localizado no Município de Maricá, sendo o subsídio do aluguel social destinado exclusivamente ao pagamento de locação de imóvel residencial.

Art. 8º Somente farão jus, ao benefício que trata este Decreto, as famílias que não possuírem outro imóvel próprio para habitação.

Título III – Dos Requisitos

Art. 9º Para solicitação junto à Secretaria Adjunta de Assistência Social do benefício do aluguel social, a família deverá apresentar os seguintes documentos: I – requerimento específico, por meio de formulário padrão fornecido pela Secretaria Adjunta de Assistência Social, especificando, dentre outros aspectos, os nomes de todos os integrantes da família, nos termos do Anexo deste De-

II - Original e cópia da cédula de identidade ou documento oficial com foto do responsável familiar;

III- Original e cópia do CPF do responsável familiar;

IV - Número de Identificação Social;

V – Original e cópia de cédula de identidade dos demais membros da família ou certidão de nascimento;

VI – Original e cópia da interdição do imóvel realizada pela Defesa Civil;
VII – Original e cópia da demonstração de titularidade do imóvel, ou documento que demonstre a sua posse a título precário, sendo esta última objeto de especial aferição pela Secretaria Adjunta de Assistência Social.

VIII - Original e cópia do contrato de locação em nome do responsável familiar, cônjuge ou companheiro com firma reconhecia em cartório;

IX - apresentação de declaração de rendimentos e comprovação de toda

X – Comprovante de residência, do imóvel interditado ou destruído.

§1.º Salvo os casos de prioridade de atendimento, a Secretaria Adjunta de Assistência Social prezará em seus registros e atendimentos pela observância à ordem cronológica de protocolização dos respectivos requerimentos, devendo ser adequadamente numerados.

### §2º Possuem prioridade de atendimento os seguintes beneficiários:

I – famílias cuja renda mensal Per Capita familiar seja igual ou inferior a 1/4 do salário mínimo federal, que esteja cadastrado junto aos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, Centro de Referência especializado da Assistência Social - CREAS e inscritas no CAD Único;

II - famílias com idosos, gestantes, deficientes físicos e crianças

§3º Caberá à Secretaria Adjunta de Assistência Social a conferência das documentações e a remessa dos requerimentos;

### §4º Sem prejuízo desta lei, regulamento próprio poderá estipular outros requisitos para a concessão do benefício.

Título IV – Da Concessão

Art. 10 A concessão se procederá mediante análise do corpo técnico da Secretaria Adjunta de Assistência Social ao caso do requerente, dependendo do respectivo deferimento pela Secretaria.

Art. 11 O benefício do aluquel social será sempre concedido ao núcleo familiar. sendo vedada a acumulação do benefício para mais de 1(um) integrante do mesmo núcleo familiar.

Art. 12 Não será concedido o benefício caso o imóvel objeto de locação esteja em área considerada de risco pela Defesa Civil.

Art. 13 É responsabilidade do beneficiário a contratação e o pagamento referente ao aluquel.

Art.14 A continuidade do benefício é condicionada a regular apresentação de recibo de guitação do aluquel anterior, que deverá ser apresentado até o quinto dia útil subsequente ao vencimento, sob pena de suspensão do beneficio até a regularidade da comprovação.

Art. 15 O pagamento do benefício aluquel social ocorrerá por meio de rede bancária oficial.

Art.16 O benefício aluquel social será suspenso se forem constatadas irreqularidades.

Art. 17 A administração pública não será responsável por danos causados aos imóveis locados.

CAPÍULO III

DA DESTINAÇÃO DE BENS MATERIAIS

Título I

Das Disposições Gerais

Art. 18 A destinação de bens materiais para reposição de perdas, com a finalidade de atender às vítimas de calamidades, ou para enfrentar contingências, de modo a reconstruir a autonomia destas, por meio da concessão de benefícios eventuais para as ações emergenciais, de caráter transitório, fica condicionada ao atendimento dos critérios, diretrizes e procedimentos fixados neste Decreto.

Art. 19 A concessão a que se refere este Decreto tem natureza de benefício assistencial e não definitivo, o qual o Município fornecerá diretamente os bens materiais ao beneficiário que seja vítima de calamidade, ou que enfrente contingências

Parágrafo Único - Para os fins deste Decreto, consideram-se como bens materiais todos os utensílios, móveis e aparelhos eletrodomésticos absolutamente indispensáveis à sobrevivência digna do ser humano. Art. 20 Para a sua realização, a Administração Pública Municipal realizará a

aquisição dos bens materiais necessários à consecução do feito, através de contratação específica com pessoa jurídica especializada ou mediante Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Único - Após a aquisição, o Município ficará responsável por realizar a entrega dos bens materiais aos respectivos beneficiários.

Título II

Dos Requisitos
Art. 21 Para atendimento ao benefício, deverão ser atendidos os seguintes requisitos pelas vítimas de calamidades ou que enfrente contingências:

I – Encontrar-se em situação emergencial, em razão de deslizamento, inundações, incêndio ou outras condições em que se verifique o grave risco à subsistência digna do indivíduo, devidamente atestados pela Defesa Civil;

II – Possuir residência fixa no Município de Maricá;

III – Comprovação de que o indivíduo integra família que possua até 3 salários--mínimos de renda familiar.

Parágrafo único - Para os efeitos deste Decreto, entende-se família como a unidade nuclear, composta por uma ou mais pessoas, eventualmente ampliadas por outras que com ela possuam laços de parentesco ou de afinidade, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros.

Art. 22 As pessoas físicas que visem requerer o benefício deverão comparecer à Secretaria Municipal de Assistência Social, portando os seguintes documen-

I - requerimento específico, por meio de formulário padrão fornecido pela Secretaria Adjunta de Assistência Social, especificando, dentre outros aspectos, os bens materiais que tiveram perda, e os nomes de todos os integrantes da família, nos termos do Anexo deste Decreto;

II - Original e cópia da cédula de identidade ou documento oficial com foto do responsável familiar;

III – original e cópia do CPF do responsável familiar;

IV - Número de Identificação Social;

V – Original e cópia de cédula de identidade dos demais membros da família ou certidão de nascimento:

VI – Original e cópia da interdição do imóvel realizada pela Defesa Civil;

3 Ectronopiro

— uo munta	
VIII. Original a cápia da demonstração de tituloridade de cou imável, ou decu	
VII – Original e cópia da demonstração de titularidade de seu imóvel, ou documento que demonstre a sua posse a título precário, sendo esta última objeto	
de especial aferição pela Secretaria Adjunta de Assistência Social.	Ī
VIII - Apresentação de declaração de rendimentos e comprovação de toda	i
renda familiar;	1
IX - comprovante de residência, o qual comprove que a mesma está localizada	-
no Município de Maricá;	Ī
§1.º Salvo os casos de prioridade de atendimento, a Secretaria Adjunta de	1
Assistência Social prezará em seus registros e atendimentos pela observância à ordem cronológica de protocolização dos respectivos requerimentos, deven-	=
do ser adequadamente numerados.	9
§2º Possuem prioridade de atendimento os seguintes	F
beneficiários:	1
I – famílias cuja renda mensal Per Capita familiar seja igual ou inferior a ¼ do	Ŋ
salario mínimo federal, que esteja cadastrado junto aos Centros de Referência	1
de Assistência Social – CRAS, Centro de Referência especializado da Assis- tência Social – CREAS e inscritas no CAD Único;	2
II - famílias com idosos, gestantes, deficientes físicos e crianças.	•
§3º Caberá à Secretaria Adjunta de Assistência Social a conferência das	3
documentações e a remessa dos requerimentos;	_
§4º Sem prejuízo desta lei, regulamento próprio	2
poderá estipular outros requisitos para a concessão do	-
<b>beneficio.</b> Título III	Į
Da Concessão	(
Art. 23 A concessão se procederá mediante análise do corpo técnico da Se-	,
cretaria Adjunta de Assistência Social ao caso do requerente, dependendo do	-
respectivo deferimento pela Secretaria.	-
Art. 24 O benefício só será concedido por uma única vez, a uma mesma fa-	8
mília, que seja vítima de calamidade ou que enfrente contingências, e devi-	(
damente deferido pela Secretaria Adjunta de Assistência Social do Município. §1º - O valor máximo de concessão, por família beneficiada, será de até R\$	;
4.000,00 (quatro mil reais).	7
§2º - Indivíduos que constem no rol prioritário deste Decreto	
terão prioridade na concessão do benefício eventual.	-
§3º - A concessão do benefício poderá ser cumulado a outros subsídios	_
de cunho social, desde que distintos, no âmbito de programas da União, dos	-
Estados, do Distrito Federal ou do Município.	-
CAPITULO IV DAS INFRACÕES	
Art. 25 Sem prejuízo das responsabilidades civil, penal e administrativa, o ser-	-
vidor público responsável pela organização e manutenção do cadastro de que	
trata este Decreto será responsabilizado quando, dolosamente:	-
I - inserir ou fizer inserir dados ou informações falsas ou diversas das que de-	-
veriam ser inscritas;	Ī
II - contribuir para que pessoa diversa do beneficiário final receba o beneficio; Parágrafo único. O servidor público que cometer qualquer das infrações de	
que trata o caput fica obrigado a ressarcir integralmente o dano, aplicando-	ĺ
-se-lhe multa nunca inferior ao dobro e superior ao quádruplo da quantia paga	
indevidamente.	(
Art. 26 Sem prejuízo da sanção penal, será obrigado a efetuar o ressarcimento	
da importância recebida o beneficiário que dolosamente tenha prestado infor-	
mações falsas ou utilizado qualquer outro meio ilícito, a fim de indevidamente ingressar como beneficiário.	,
§ 1º O valor apurado para o ressarcimento previsto no	
caput será atualizado pelo Índice Nacional de Preços	j
ao Consumidor Amplo – IPCA;	-
§ 2º Apurado o valor a ser ressarcido, mediante	1
processo administrativo, e não tendo sido pago	Ī
pelo beneficiário, ao débito serão aplicados os procedimentos de cobrança dos créditos municipais,	
na forma da legislação específica;	Ì
§3º Na hipótese de alegações de fraudes ou	,
irregularidades, o Município deverá iniciar procedimento	Ī
administrativo para apuração e reparação de eventuais	-
fraudes e danos ao erário.	
CAPÍTULO V	
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS Art. 27 A Administração Pública não será responsável por danos causados aos	
bens materiais, após a efetiva entrega ao beneficiário.	
Art. 28 As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotação	
orçamentária própria.	
Art. 29 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.	
Publique-se!	
Prefeitura Municipal de Maricá, em 01 de março de 2016.	
Maricá, 01 de março de 2016.	
Washington Luiz Cardoso Siqueira (Quaquá) Prefeito do Município de Maricá	ı
i reiele de municipie de munda	
ANEXO	(
FICHA DE CADASTRO DO BENEFICIÁRIO	(
Dados de Controle	
Data do Cadastro Nº de Identificação Social- NIS do	1
	/

VII – Original e cópia da demonstração de titularidade de seu imóvel, ou documento que demonstre a sua posse a título precário, sendo esta última objeto	Telefone para Contato DDD ( ) / / / / / / / / / / / / / / / / / /
de especial aferição pela Secretaria Adjunta de Assistência Social.	Identificação do Beneficiário e da Família
VIII - Apresentação de declaração de rendimentos e comprovação de toda renda familiar;	Nome do Responsável Familiar:
IX - comprovante de residência, o qual comprove que a mesma está localizada no Município de Maricá:	_// Identidade CPF
§1.º Salvo os casos de prioridade de atendimento, a Secretaria Adjunta de	
Assistência Social prezará em seus registros e atendimentos pela observância à ordem cronológica de protocolização dos respectivos requerimentos, deven-	/_/ Titularidade de Imóvel
do ser adequadamente numerados.	Sim// Não//
§2º Possuem prioridade de atendimento os seguintes beneficiários:	Renda Familiar
I – famílias cuja renda mensal Per Capita familiar seja igual ou inferior a ¼ do	Nomes dos Integrantes da Família
salario mínimo federal, que esteja cadastrado junto aos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, Centro de Referência especializado da Assis-	1-1_1_1_1_1_1_1_1_1_1_1_1_1_1_1_1_1_1_1
tência Social – CREAS e inscritas no CAD Único;	2-1111111111111111111111111111111111111
II - famílias com idosos, gestantes, deficientes físicos e crianças. §3º Caberá à Secretaria Adjunta de Assistência Social a conferência das	3-1111111111111111111111111111111111111
documentações e a remessa dos requerimentos; §4º Sem prejuízo desta lei, regulamento próprio	<u> </u>
poderá estipular outros requisitos para a concessão do	<u></u>
<b>beneficio.</b> Título III	5 -
Da Concessão	6-1-1-1-1-1-1-1-1-1-1-1-1-1-1-1-1-1-1-1
Art. 23 A concessão se procederá mediante análise do corpo técnico da Secretaria Adjunta de Assistência Social ao caso do requerente, dependendo do	<u> </u>
respectivo deferimento pela Secretaria. Art. 24 O benefício só será concedido por uma única vez, a uma mesma fa-	<u>                                     </u>
mília, que seja vítima de calamidade ou que enfrente contingências, e devi-	
damente deferido pela Secretaria Adjunta de Assistência Social do Município. §1º - O valor máximo de concessão, por família beneficiada, será de até R\$	9-11-11-11-11-11-11-11-11-11-11-11-11-11
4.000,00 (quatro mil reais).	10 - 1   1   1   1   1   1   1   1   1   1
§2º - Indivíduos que constem no rol prioritário deste Decreto terão prioridade na concessão do benefício eventual.	
§3º - A concessão do benefício poderá ser cumulado a outros subsídios de cunho social, desde que distintos, no âmbito de programas da União, dos	<u>                                     </u>
Estados, do Distrito Federal ou do Município.	
CAPÍTULO IV DAS INFRAÇÕES	13 - 1   1   1   1   1   1   1   1   1   1
Art. 25 Sem prejuízo das responsabilidades civil, penal e administrativa, o servidor público responsável pela organização e manutenção do cadastro de que	14 -
trata este Decreto será responsabilizado quando, dolosamente:	
I - inserir ou fizer inserir dados ou informações falsas ou diversas das que deveriam ser inscritas;	/_/ Prioridade? Qual?
II - contribuir para que pessoa diversa do beneficiário final receba o benefício;	Família com idosos ( )
II - contribuir para que pessoa diversa do beneficiário final receba o benefício; Parágrafo único. O servidor público que cometer qualquer das infrações de	Família com idosos (   ) Família com crianças (   )
II - contribuir para que pessoa diversa do beneficiário final receba o benefício; Parágrafo único. O servidor público que cometer qualquer das infrações de que trata o caput fica obrigado a ressarcir integralmente o dano, aplicando- -se-lhe multa nunca inferior ao dobro e superior ao quádruplo da quantia paga	Família com idosos ( ) Família com crianças ( ) Família com portadores de necessidades especiais ( ) Famílias com cuja renda mensal per capta familiar seja igual ou inferior a 1/4
II - contribuir para que pessoa diversa do beneficiário final receba o benefício; Parágrafo único. O servidor público que cometer qualquer das infrações de que trata o caput fica obrigado a ressarcir integralmente o dano, aplicando- -se-lhe multa nunca inferior ao dobro e superior ao quádruplo da quantia paga indevidamente.  Art. 26 Sem prejuízo da sanção penal, será obrigado a efetuar o ressarcimento	Família com idosos ( ) Família com crianças ( ) Família com portadores de necessidades especiais ( ) Famílias com cuja renda mensal per capta familiar seja igual ou inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo federal, que estejam cadastradas junto aos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, Centro de Referência
II - contribuir para que pessoa diversa do beneficiário final receba o benefício; Parágrafo único. O servidor público que cometer qualquer das infrações de que trata o caput fica obrigado a ressarcir integralmente o dano, aplicando- -se-lhe multa nunca inferior ao dobro e superior ao quádruplo da quantia paga indevidamente.  Art. 26 Sem prejuízo da sanção penal, será obrigado a efetuar o ressarcimento da importância recebida o beneficiário que dolosamente tenha prestado infor-	Família com idosos ( ) Família com crianças ( ) Família com portadores de necessidades especiais ( ) Famílias com cuja renda mensal per capta familiar seja igual ou inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo federal, que estejam cadastradas junto aos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS e inscritas no CadÚnico ( )
II - contribuir para que pessoa diversa do beneficiário final receba o benefício; Parágrafo único. O servidor público que cometer qualquer das infrações de que trata o caput fica obrigado a ressarcir integralmente o dano, aplicando- -se-lhe multa nunca inferior ao dobro e superior ao quádruplo da quantia paga indevidamente.  Art. 26 Sem prejuízo da sanção penal, será obrigado a efetuar o ressarcimento da importância recebida o beneficiário que dolosamente tenha prestado infor- mações falsas ou utilizado qualquer outro meio ilícito, a fim de indevidamente ingressar como beneficiário.	Família com idosos ( ) Família com crianças ( ) Família com crianças ( ) Família com portadores de necessidades especiais ( ) Famílias com cuja renda mensal per capta familiar seja igual ou inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo federal, que estejam cadastradas junto aos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS e inscritas no CadÚnico ( ) Tipo de Deficiência, caso tenha (Assinalar com um x) /_/ Cegueira /_/Mudez /_/ Surdez /_/ Mental /_/
II - contribuir para que pessoa diversa do beneficiário final receba o benefício; Parágrafo único. O servidor público que cometer qualquer das infrações de que trata o caput fica obrigado a ressarcir integralmente o dano, aplicando-se-lhe multa nunca inferior ao dobro e superior ao quádruplo da quantia paga indevidamente.  Art. 26 Sem prejuízo da sanção penal, será obrigado a efetuar o ressarcimento da importância recebida o beneficiário que dolosamente tenha prestado informações falsas ou utilizado qualquer outro meio ilícito, a fim de indevidamente ingressar como beneficiário.  § 1º O valor apurado para o ressarcimento previsto no caput será atualizado pelo Índice Nacional de Preços	Família com idosos ( ) Família com crianças ( ) Família com portadores de necessidades especiais ( ) Famílias com cuja renda mensal per capta familiar seja igual ou inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo federal, que estejam cadastradas junto aos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS e inscritas no CadÚnico ( ) Tipo de Deficiência, caso tenha (Assinalar com um x)
II - contribuir para que pessoa diversa do beneficiário final receba o benefício; Parágrafo único. O servidor público que cometer qualquer das infrações de que trata o caput fica obrigado a ressarcir integralmente o dano, aplicando-se-lhe multa nunca inferior ao dobro e superior ao quádruplo da quantia paga indevidamente.  Art. 26 Sem prejuízo da sanção penal, será obrigado a efetuar o ressarcimento da importância recebida o beneficiário que dolosamente tenha prestado informações falsas ou utilizado qualquer outro meio ilícito, a fim de indevidamente ingressar como beneficiário.  § 1º O valor apurado para o ressarcimento previsto no caput será atualizado pelo Indice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo — IPCA;	Família com idosos ( ) Família com crianças ( ) Família com crianças ( ) Família com portadores de necessidades especiais ( ) Famílias com cuja renda mensal per capta famíliar seja igual ou inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo federal, que estejam cadastradas junto aos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS e inscritas no CadÚnico ( ) Tipo de Deficiência, caso tenha (Assinalar com um x) /_/ Cegueira /_/Mudez /_/ Surdez /_/ Mental /_/ Física /_/ Nenhuma /_/ Outro Informações do Imóvel Interditado pela Defesa Civil Endereço
II - contribuir para que pessoa diversa do beneficiário final receba o benefício; Parágrafo único. O servidor público que cometer qualquer das infrações de que trata o caput fica obrigado a ressarcir integralmente o dano, aplicando-se-lhe multa nunca inferior ao dobro e superior ao quádruplo da quantia paga indevidamente.  Art. 26 Sem prejuízo da sanção penal, será obrigado a efetuar o ressarcimento da importância recebida o beneficiário que dolosamente tenha prestado informações falsas ou utilizado qualquer outro meio ilícito, a fim de indevidamente ingressar como beneficiário.  § 1º O valor apurado para o ressarcimento previsto no caput será atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo — IPCA;  § 2º Apurado o valor a ser ressarcido, mediante processo administrativo, e não tendo sido pago	Família com idosos ( ) Família com crianças ( ) Família com crianças ( ) Família com portadores de necessidades especiais ( ) Famílias com cuja renda mensal per capta familiar seja igual ou inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo federal, que estejam cadastradas junto aos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS e inscritas no CadÚnico ( ) Tipo de Deficiência, caso tenha (Assinalar com um x) /_/ Cegueira /_/Mudez /_/ Surdez /_/ Mental /_/ Física /_/ Nenhuma // Outro Informações do Imóvel Interditado pela Defesa Civil Endereço /_/_///////// _
II - contribuir para que pessoa diversa do beneficiário final receba o benefício; Parágrafo único. O servidor público que cometer qualquer das infrações de que trata o caput fica obrigado a ressarcir integralmente o dano, aplicando-se-lhe multa nunca inferior ao dobro e superior ao quádruplo da quantia paga indevidamente.  Art. 26 Sem prejuízo da sanção penal, será obrigado a efetuar o ressarcimento da importância recebida o beneficiário que dolosamente tenha prestado informações falsas ou utilizado qualquer outro meio ilícito, a fim de indevidamente ingressar como beneficiário.  § 1º O valor apurado para o ressarcimento previsto no caput será atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo — IPCA;  § 2º Apurado o valor a ser ressarcido, mediante processo administrativo, e não tendo sido pago pelo beneficiário, ao débito serão aplicados os	Família com idosos ( ) Família com crianças ( ) Família com crianças ( ) Família com portadores de necessidades especiais ( ) Famílias com cuja renda mensal per capta famíliar seja igual ou inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo federal, que estejam cadastradas junto aos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS e inscritas no CadÚnico ( ) Tipo de Deficiência, caso tenha (Assinalar com um x) /_/ Cegueira /_/Mudez /_/ Surdez /_/ Mental /_/ Física /_/ Nenhuma /_/ Outro Informações do Imóvel Interditado pela Defesa Civil Endereço
II - contribuir para que pessoa diversa do beneficiário final receba o benefício; Parágrafo único. O servidor público que cometer qualquer das infrações de que trata o caput fica obrigado a ressarcir integralmente o dano, aplicando-se-lhe multa nunca inferior ao dobro e superior ao quádruplo da quantia paga indevidamente.  Art. 26 Sem prejuízo da sanção penal, será obrigado a efetuar o ressarcimento da importância recebida o beneficiário que dolosamente tenha prestado informações falsas ou utilizado qualquer outro meio ilícito, a fim de indevidamente ingressar como beneficiário.  § 1º O valor apurado para o ressarcimento previsto no caput será atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo — IPCA;  § 2º Apurado o valor a ser ressarcido, mediante processo administrativo, e não tendo sido pago pelo beneficiário, ao débito serão aplicados os procedimentos de cobrança dos créditos municipais, na forma da legislação específica;	Família com idosos ( ) Família com crianças ( ) Família com portadores de necessidades especiais ( ) Família com portadores de necessidades especiais ( ) Famílias com cuja renda mensal per capta familiar seja igual ou inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo federal, que estejam cadastradas junto aos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS e inscritas no CadÚnico ( ) Tipo de Deficiência, caso tenha (Assinalar com um x) /_/Cegueira /_/Mudez /_/Surdez /_/Mental /_/ Física /_/Nenhuma /_/Outro Informações do Imóvel Interditado pela Defesa Civil Endereço /_/_/_/_/////////////////////////////
II - contribuir para que pessoa diversa do beneficiário final receba o benefício; Parágrafo único. O servidor público que cometer qualquer das infrações de que trata o caput fica obrigado a ressarcir integralmente o dano, aplicando-se-lhe multa nunca inferior ao dobro e superior ao quádruplo da quantia paga indevidamente.  Art. 26 Sem prejuízo da sanção penal, será obrigado a efetuar o ressarcimento da importância recebida o beneficiário que dolosamente tenha prestado informações falsas ou utilizado qualquer outro meio ilícito, a fim de indevidamente ingressar como beneficiário.  § 1º O valor apurado para o ressarcimento previsto no caput será atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo — IPCA;  § 2º Apurado o valor a ser ressarcido, mediante processo administrativo, e não tendo sido pago pelo beneficiário, ao débito serão aplicados os procedimentos de cobrança dos créditos municipais, na forma da legislação específica;  §3º Na hipótese de alegações de fraudes ou irregularidades, o Município deverá iniciar procedimento	Família com idosos ( ) Família com crianças ( ) Família com crianças ( ) Família com portadores de necessidades especiais ( ) Famílias com cuja renda mensal per capta famíliar seja igual ou inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo federal, que estejam cadastradas junto aos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS e inscritas no CadÚnico ( ) Tipo de Deficiência, caso tenha (Assinalar com um x) /_/ Cegueira /_/Mudez /_/ Surdez /_/ Mental /_/ Física /_/ Nenhuma /_/ Outro Informações do Imóvel Interditado pela Defesa Civil Endereço /_/ _/ _/ _// _// _// _// _// _// _// _
II - contribuir para que pessoa diversa do beneficiário final receba o benefício; Parágrafo único. O servidor público que cometer qualquer das infrações de que trata o caput fica obrigado a ressarcir integralmente o dano, aplicando-se-lhe multa nunca inferior ao dobro e superior ao quádruplo da quantia paga indevidamente.  Art. 26 Sem prejuízo da sanção penal, será obrigado a efetuar o ressarcimento da importância recebida o beneficiário que dolosamente tenha prestado informações falsas ou utilizado qualquer outro meio ilícito, a fim de indevidamente ingressar como beneficiário.  § 1º O valor apurado para o ressarcimento previsto no caput será atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo — IPCA;  § 2º Apurado o valor a ser ressarcido, mediante processo administrativo, e não tendo sido pago pelo beneficiário, ao débito serão aplicados os procedimentos de cobrança dos créditos municipais, na forma da legislação específica;  § 3º Na hipótese de alegações de fraudes ou irregularidades, o Município deverá iniciar procedimento administrativo para apuração e reparação de eventuais	Família com idosos ( ) Família com crianças ( ) Família com crianças ( ) Família com portadores de necessidades especiais ( ) Famílias com cuja renda mensal per capta famíliar seja igual ou inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo federal, que estejam cadastradas junto aos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS e inscritas no CadÚnico ( ) Tipo de Deficiência, caso tenha (Assinalar com um x) /_/ Cegueira /_/Mudez /_/Surdez /_/Mental /_/ Física /_/ Nenhuma /_/ Outro Informações do Imóvel Interditado pela Defesa Civil Endereço /_/_/_/ Complemento Bairro UF
II - contribuir para que pessoa diversa do beneficiário final receba o benefício; Parágrafo único. O servidor público que cometer qualquer das infrações de que trata o caput fica obrigado a ressarcir integralmente o dano, aplicando-se-lhe multa nunca inferior ao dobro e superior ao quádruplo da quantia paga indevidamente.  Art. 26 Sem prejuízo da sanção penal, será obrigado a efetuar o ressarcimento da importância recebida o beneficiário que dolosamente tenha prestado informações falsas ou utilizado qualquer outro meio ilícito, a fim de indevidamente ingressar como beneficiário.  § 1º O valor apurado para o ressarcimento previsto no caput será atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo — IPCA;  § 2º Apurado o valor a ser ressarcido, mediante processo administrativo, e não tendo sido pago pelo beneficiário, ao débito serão aplicados os procedimentos de cobrança dos créditos municipais, na forma da legislação específica;  §3º Na hipótese de alegações de fraudes ou irregularidades, o Município deverá iniciar procedimento administrativo para apuração e reparação de eventuais fraudes e danos ao erário.  CAPÍTULO V	Família com idosos ( ) Família com crianças ( ) Família com crianças ( ) Família com portadores de necessidades especiais ( ) Famílias com cuja renda mensal per capta famíliar seja igual ou inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo federal, que estejam cadastradas junto aos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS e inscritas no CadÚnico ( ) Tipo de Deficiência, caso tenha (Assinalar com um x) /_/ Cegueira /_/Mudez /_/ Surdez /_/ Mental /_/ Física /_/ Nenhuma /_/ Outro Informações do Imóvel Interditado pela Defesa Civil Endereço /_/ _/ _/ _// _// _// _// _// _// _// _
II - contribuir para que pessoa diversa do beneficiário final receba o benefício; Parágrafo único. O servidor público que cometer qualquer das infrações de que trata o caput fica obrigado a ressarcir integralmente o dano, aplicando-se-lhe multa nunca inferior ao dobro e superior ao quádruplo da quantia paga indevidamente.  Art. 26 Sem prejuízo da sanção penal, será obrigado a efetuar o ressarcimento da importância recebida o beneficiário que dolosamente tenha prestado informações falsas ou utilizado qualquer outro meio ilícito, a fim de indevidamente ingressar como beneficiário.  § 1º O valor apurado para o ressarcimento previsto no caput será atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo — IPCA;  § 2º Apurado o valor a ser ressarcido, mediante processo administrativo, e não tendo sido pago pelo beneficiário, ao débito serão aplicados os procedimentos de cobrança dos créditos municipais, na forma da legislação específica;  § 3º Na hipótese de alegações de fraudes ou irregularidades, o Município deverá iniciar procedimento administrativo para apuração e reparação de eventuais fraudes e danos ao erário.  CAPÍTULO V  DAS DISPOSIÇÕES FINAIS  Art. 27 AAdministração Pública não será responsável por danos causados aos	Família com idosos ( ) Família com crianças ( ) Família com crianças ( ) Família com portadores de necessidades especiais ( ) Famílias com cuja renda mensal per capta familiar seja igual ou inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo federal, que estejam cadastradas junto aos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS e inscritas no CadÚnico ( ) Tipo de Deficiência, caso tenha (Assinalar com um x) /_/Cegueira /_/Mudez /_/Surdez /_/Mental /_/ Fisica /_/Nenhuma /_/Outro Informações do Imóvel Interditado pela Defesa Civil Endereço /_/_/_/_/_///////////////////////////
II - contribuir para que pessoa diversa do beneficiário final receba o benefício; Parágrafo único. O servidor público que cometer qualquer das infrações de que trata o caput fica obrigado a ressarcir integralmente o dano, aplicando-se-lhe multa nunca inferior ao dobro e superior ao quádruplo da quantia paga indevidamente.  Art. 26 Sem prejuízo da sanção penal, será obrigado a efetuar o ressarcimento da importância recebida o beneficiário que dolosamente tenha prestado informações falsas ou utilizado qualquer outro meio ilícito, a fim de indevidamente ingressar como beneficiário.  § 1º O valor apurado para o ressarcimento previsto no caput será atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo — IPCA;  § 2º Apurado o valor a ser ressarcido, mediante processo administrativo, e não tendo sido pago pelo beneficiário, ao débito serão aplicados os procedimentos de cobrança dos créditos municipais, na forma da legislação específica;  § 3º Na hipótese de alegações de fraudes ou irregularidades, o Município deverá iniciar procedimento administrativo para apuração e reparação de eventuais fraudes e danos ao erário.  CAPÍTULO V  DAS DISPOSIÇÕES FINAIS  Art. 27 AAdministração Pública não será responsável por danos causados aos bens materiais, após a efetiva entrega ao beneficiário.	Família com idosos ( ) Família com crianças ( ) Família com crianças ( ) Família com portadores de necessidades especiais ( ) Famílias com cuja renda mensal per capta familiar seja igual ou inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo federal, que estejam cadastradas junto aos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS e inscritas no CadÚnico ( ) Tipo de Deficiência, caso tenha (Assinalar com um x) /_/ Cegueira /_/Mudez /_/Surdez /_/Mental /_/ Fisica /_/ Nenhuma /_/ Outro Informações do Imóvel Interditado pela Defesa Civil Endereço /_/_/_//_/ Complemento Bairro UF /_/_/ Largo, Alameda, Avenida, Travessa, etc) /_/_/ Largo, Alameda Avenida, Travessa, etc) /_/_/ Características do Domicílio Tipo de Localidade Situação /_/
II - contribuir para que pessoa diversa do beneficiário final receba o benefício; Parágrafo único. O servidor público que cometer qualquer das infrações de que trata o caput fica obrigado a ressarcir integralmente o dano, aplicando-se-lhe multa nunca inferior ao dobro e superior ao quádruplo da quantia paga indevidamente.  Art. 26 Sem prejuízo da sanção penal, será obrigado a efetuar o ressarcimento da importância recebida o beneficiário que dolosamente tenha prestado informações falsas ou utilizado qualquer outro meio ilícito, a fim de indevidamente ingressar como beneficiário.  § 1º O valor apurado para o ressarcimento previsto no caput será atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo — IPCA;  § 2º Apurado o valor a ser ressarcido, mediante processo administrativo, e não tendo sido pago pelo beneficiário, ao débito serão aplicados os procedimentos de cobrança dos créditos municipais, na forma da legislação específica;  §3º Na hipótese de alegações de fraudes ou irregularidades, o Município deverá iniciar procedimento administrativo para apuração e reparação de eventuais fraudes e danos ao erário.  CAPÍTULO V  DAS DISPOSIÇÕES FINAIS  Art. 27 AAdministração Pública não será responsável por danos causados aos bens materiais, após a efetiva entrega ao beneficiário.  Art. 28 As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotação orçamentária própria.	Família com idosos ( ) Família com crianças ( ) Família com crianças ( ) Família com portadores de necessidades especiais ( ) Famílias com cuja renda mensal per capta famíliar seja igual ou inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo federal, que estejam cadastradas junto aos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS e inscritas no CadÚnico ( ) Tipo de Deficiência, caso tenha (Assinalar com um x) /_/ Cegueira /_/Mudez /_/ Surdez /_/ Mental /_/ Física /_/ Nenhuma /_/ Outro Informações do Imóvel Interditado pela Defesa Civil Endereço /_/_// Complemento Bairro UF /_//
II - contribuir para que pessoa diversa do beneficiário final receba o benefício; Parágrafo único. O servidor público que cometer qualquer das infrações de que trata o caput fica obrigado a ressarcir integralmente o dano, aplicando-se-lhe multa nunca inferior ao dobro e superior ao quádruplo da quantia paga indevidamente.  Art. 26 Sem prejuízo da sanção penal, será obrigado a efetuar o ressarcimento da importância recebida o beneficiário que dolosamente tenha prestado informações falsas ou utilizado qualquer outro meio ilícito, a fim de indevidamente ingressar como beneficiário.  § 1º O valor apurado para o ressarcimento previsto no caput será atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo — IPCA;  § 2º Apurado o valor a ser ressarcido, mediante processo administrativo, e não tendo sido pago pelo beneficiário, ao débito serão aplicados os procedimentos de cobrança dos créditos municipais, na forma da legislação específica;  §3º Na hipótese de alegações de fraudes ou irregularidades, o Município deverá iniciar procedimento administrativo para apuração e reparação de eventuais fraudes e danos ao erário.  CAPÍTULO V  DAS DISPOSIÇÕES FINAIS  Art. 27 Administração Pública não será responsável por danos causados aos bens materiais, após a efetiva entrega ao beneficiário.  Art. 28 As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotação orçamentária própria.  Art. 29 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.	Família com idosos ( ) Família com crianças ( ) Família com crianças ( ) Família com portadores de necessidades especiais ( ) Famílias com cuja renda mensal per capta famíliar seja igual ou inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo federal, que estejam cadastradas junto aos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS e inscritas no CadÚnico ( ) Tipo de Deficiência, caso tenha (Assinalar com um x) /_/ Cegueira /_/Mudez /_/ Surdez /_/ Mental /_/ Física /_/ Nenhuma /_/ Outro Informações do Imóvel Interditado pela Defesa Civil Endereço /_/_// Complemento Bairro UF /_//
II - contribuir para que pessoa diversa do beneficiário final receba o benefício; Parágrafo único. O servidor público que cometer qualquer das infrações de que trata o caput fica obrigado a ressarcir integralmente o dano, aplicando-se-lhe multa nunca inferior ao dobro e superior ao quádruplo da quantia paga indevidamente.  Art. 26 Sem prejuízo da sanção penal, será obrigado a efetuar o ressarcimento da importância recebida o beneficiário que dolosamente tenha prestado informações falsas ou utilizado qualquer outro meio ilícito, a fim de indevidamente ingressar como beneficiário.  § 1º O valor apurado para o ressarcimento previsto no caput será atualizado pelo Indice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo — IPCA;  § 2º Apurado o valor a ser ressarcido, mediante processo administrativo, e não tendo sido pago pelo beneficiário, ao débito serão aplicados os procedimentos de cobrança dos créditos municipais, na forma da legislação específica;  §3º Na hipótese de alegações de fraudes ou irregularidades, o Município deverá iniciar procedimento administrativo para apuração e reparação de eventuais fraudes e danos ao erário.  CAPÍTULO V  DAS DISPOSIÇÕES FINAIS  Art. 27 Administração Pública não será responsável por danos causados aos bens materiais, após a efetiva entrega ao beneficiário.  Art. 28 As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotação orçamentária própria.  Art. 29 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  Publique-se!  Prefeitura Municipal de Maricá, em 01 de março de 2016.	Família com idosos ( ) Família com crianças ( ) Família com crianças ( ) Família com portadores de necessidades especiais ( ) Famílias com cuja renda mensal per capta familiar seja igual ou inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo federal, que estejam cadastradas junto aos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS e inscritas no CadÚnico ( ) Tipo de Deficiência, caso tenha (Assinalar com um x) /_/Cegueira /_/Mudez /_/Surdez /_/Mental /_/ Física /_/Nenhuma /_/Outro Informações do Imóvel Interditado pela Defesa Civil Endereço /_/_/_/_/////////////////////////////
II - contribuir para que pessoa diversa do beneficiário final receba o benefício; Parágrafo único. O servidor público que cometer qualquer das infrações de que trata o caput fica obrigado a ressarcir integralmente o dano, aplicando-se-lhe multa nunca inferior ao dobro e superior ao quádruplo da quantia paga indevidamente.  Art. 26 Sem prejuízo da sanção penal, será obrigado a efetuar o ressarcimento da importância recebida o beneficiário que dolosamente tenha prestado informações falsas ou utilizado qualquer outro meio ilícito, a fim de indevidamente ingressar como beneficiário.  § 1º O valor apurado para o ressarcimento previsto no caput será atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo — IPCA;  § 2º Apurado o valor a ser ressarcido, mediante processo administrativo, e não tendo sido pago pelo beneficiário, ao débito serão aplicados os procedimentos de cobrança dos créditos municipais, na forma da legislação específica;  § 3º Na hipótese de alegações de fraudes ou irregularidades, o Município deverá iniciar procedimento administrativo para apuração e reparação de eventuais fraudes e danos ao erário.  CAPÍTULO V  DAS DISPOSIÇÕES FINAIS  Art. 27 AAdministração Pública não será responsável por danos causados aos bens materiais, após a efetiva entrega ao beneficiário.  Art. 28 As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotação orçamentária própria.  Art. 29 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  Publique-se!  Prefeitura Municipal de Maricá, em 01 de março de 2016.  Maricá, 01 de março de 2016.  Washington Luiz Cardoso Siqueira (Quaquá)	Família com idosos ( ) Família com crianças ( ) Família com crianças ( ) Família com portadores de necessidades especiais ( ) Famílias com cuja renda mensal per capta familiar seja igual ou inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo federal, que estejam cadastradas junto aos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS e inscritas no CadÚnico ( ) Tipo de Deficiência, caso tenha (Assinalar com um x) /_/Cegueira /_/Mudez /_/Surdez /_/Mental /_/ Fisica /_/ Nenhuma /_// Outro Informações do Imóvel Interditado pela Defesa Civil Endereço /_/_/_/_/_/ Complemento Bairro UF /_/_/ Complemento Bairro UF /_/_/ Lagradouro (Rua, Praça, Largo, Alameda, Avenida, Travessa, etc) /_/_/ Lagradouro (Rua, Praça, Largo, Alameda Avenida, Travessa, etc) /_/_/ Lagradouro (Rua, Praça, Largo, Alameda, Avenida, Travessa, etc) /_/_/ Lagradouro (Rua, Praça, Largo, Alameda, Avenida, Travessa, etc) /_// Lagradouro (Rua, Praça, Largo, Alameda, Avenida, Travessa, etc) /_// Lagradouro (Rua, Praça, Largo, Alameda, Avenida, Travessa, etc) /_// Lagradouro (Rua, Praça, Largo, Alameda, Avenida, Travessa, etc) /_// Lagradouro (Rua, Praça, Largo, Alameda, Avenida, Travessa, etc) /_// Lagradouro (Rua, Praça, Largo, Alameda, Avenida, Travessa, etc) /_// Lagradouro (Rua, Praça, Largo, Alameda, Avenida, Travessa, etc) /_// Lagradouro (Rua, Praça, Lagr
II - contribuir para que pessoa diversa do beneficiário final receba o benefício; Parágrafo único. O servidor público que cometer qualquer das infrações de que trata o caput fica obrigado a ressarcir integralmente o dano, aplicando-se-lhe multa nunca inferior ao dobro e superior ao quádruplo da quantia paga indevidamente.  Art. 26 Sem prejuízo da sanção penal, será obrigado a efetuar o ressarcimento da importância recebida o beneficiário que dolosamente tenha prestado informações falsas ou utilizado qualquer outro meio ilícito, a fim de indevidamente ingressar como beneficiário.  § 1º O valor apurado para o ressarcimento previsto no caput será atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo — IPCA;  § 2º Apurado o valor a ser ressarcido, mediante processo administrativo, e não tendo sido pago pelo beneficiário, ao débito serão aplicados os procedimentos de cobrança dos créditos municipais, na forma da legislação específica;  §3º Na hipótese de alegações de fraudes ou irregularidades, o Município deverá iniciar procedimento administrativo para apuração e reparação de eventuais fraudes e danos ao erário.  CAPÍTULO V  DAS DISPOSIÇÕES FINAIS  Art. 27 AAdministração Pública não será responsável por danos causados aos bens materiais, após a efetiva entrega ao beneficiário.  Art. 28 As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotação orçamentária própria.  Art. 29 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  Publique-se!  Prefeitura Municipal de Maricá, em 01 de março de 2016.  Maricá, 01 de março de 2016.	Família com idosos ( ) Família com crianças ( ) Família com crianças ( ) Família com portadores de necessidades especiais ( ) Famílias com cuja renda mensal per capta familiar seja igual ou inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo federal, que estejam cadastradas junto aos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS e inscritas no CadÚnico ( ) Tipo de Deficiência, caso tenha (Assinalar com um x) /_/Cegueira /_/Mudez /_/Surdez /_/Mental /_/ Fisica /_/ Nenhuma /_/Outro Informações do Imóvel Interditado pela Defesa Civil Endereço /_/_/_/_/_/ Complemento Bairro UF /_/_/ Complemento Bairro UF /_/_/ Largo, Alameda, Avenida, Travessa, etc) /_/_// Cegueira /_//// Largo, Alameda Avenida, Travessa, etc) /_/_// Cegueira /_//// Largo, Alameda Avenida, Travessa, etc) /_/// Cegueira ////// Largo, Alameda Avenida, Travessa, etc) ///// Largo, Alameda, Avenida, Travessa, etc) ///// Largo, Alameda Avenida, Travessa, etc) ///// Largo, Alameda Avenida Travessa, etc) ////// Largo, Alameda Avenida Travessa, etc) ////// Largo, Alameda Avenida Travessa, etc) ////// Largo, Alameda Avenida Travessa, etc) ////////////////////////////////////
II - contribuir para que pessoa diversa do beneficiário final receba o benefício; Parágrafo único. O servidor público que cometer qualquer das infrações de que trata o caput fica obrigado a ressarcir integralmente o dano, aplicando-se-lhe multa nunca inferior ao dobro e superior ao quádruplo da quantia paga indevidamente.  Art. 26 Sem prejuízo da sanção penal, será obrigado a efetuar o ressarcimento da importância recebida o beneficiário que dolosamente tenha prestado informações falsas ou utilizado qualquer outro meio ilícito, a fim de indevidamente ingressar como beneficiário.  § 1º O valor apurado para o ressarcimento previsto no caput será atualizado pelo Indice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo — IPCA;  § 2º Apurado o valor a ser ressarcido, mediante processo administrativo, e não tendo sido pago pelo beneficiário, ao débito serão aplicados os procedimentos de cobrança dos créditos municipais, na forma da legislação específica;  § 3º Na hipótese de alegações de fraudes ou irregularidades, o Município deverá iniciar procedimento administrativo para apuração e reparação de eventuais fraudes e danos ao erário.  CAPÍTULO V  DAS DISPOSIÇÕES FINAIS  Art. 27 AAdministração Pública não será responsável por danos causados aos bens materiais, após a efetiva entrega ao beneficiário.  Art. 28 As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotação orçamentária própria.  Art. 29 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  Publique-se!  Prefeitura Municipal de Maricá, em 01 de março de 2016.  Maricá, 01 de março de 2016.  Maricá, 01 de março de 2016.  Washington Luiz Cardoso Siqueira (Quaquá)  Prefeito do Município de Maricá	Família com idosos ( ) Família com crianças ( ) Família com portadores de necessidades especiais ( ) Famílias com cuja renda mensal per capta familiar seja igual ou inferior a ½ (um quarto) do salário mínimo federal, que estejam cadastradas junto aos Centros de Referência da Assistência Social – CREAS e inscritas no CadÚnico ( ) Tipo de Deficiência, caso tenha (Assinalar com um x) /
II - contribuir para que pessoa diversa do beneficiário final receba o beneficio; Parágrafo único. O servidor público que cometer qualquer das infrações de que trata o caput fica obrigado a ressarcir integralmente o dano, aplicando-se-lhe multa nunca inferior ao dobro e superior ao quádruplo da quantia paga indevidamente.  Art. 26 Sem prejuízo da sanção penal, será obrigado a efetuar o ressarcimento da importância recebida o beneficiário que dolosamente tenha prestado informações falsas ou utilizado qualquer outro meio ilícito, a fim de indevidamente ingressar como beneficiário.  § 1º O valor apurado para o ressarcimento previsto no caput será atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo — IPCA;  § 2º Apurado o valor a ser ressarcido, mediante processo administrativo, e não tendo sido pago pelo beneficiário, ao débito serão aplicados os procedimentos de cobrança dos créditos municipais, na forma da legislação específica;  §3º Na hipótese de alegações de fraudes ou irregularidades, o Município deverá iniciar procedimento administrativo para apuração e reparação de eventuais fraudes e danos ao erário.  CAPÍTULO V  DAS DISPOSIÇÕES FINAIS  Art. 27 AAdministração Pública não será responsável por danos causados aos bens materiais, após a efetiva entrega ao beneficiário.  Art. 28 As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotação orçamentária própria.  Art. 29 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  Publique-se!  Prefeitura Municipal de Maricá, em 01 de março de 2016.  Maricá, 01 de março de 2016.  Washington Luiz Cardoso Siqueira (Quaquá)  Prefeito do Município de Maricá  ANEXO  FICHA DE CADASTRO DO BENEFICIÁRIO  Dados de Controle	Família com idosos ( ) Família com crianças ( ) Família com priadores de necessidades especiais ( ) Família com portadores de necessidades especiais ( ) Família com portadores de necessidades especiais ( ) Famílias com cuja renda mensal per capta familiar seja igual ou inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo federal, que estejam cadastradas junto aos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS e inscritas no CadÚnico ( ) Tipo de Deficiência, caso tenha (Assinalar com um x) / _/ Cegueira
II - contribuir para que pessoa diversa do beneficiário final receba o beneficio; Parágrafo único. O servidor público que cometer qualquer das infrações de que trata o caput fica obrigado a ressarcir integralmente o dano, aplicando-se-lhe multa nunca inferior ao dobro e superior ao quádruplo da quantia paga indevidamente.  Art. 26 Sem prejuízo da sanção penal, será obrigado a efetuar o ressarcimento da importância recebida o beneficiário que dolosamente tenha prestado informações falsas ou utilizado qualquer outro meio ilícito, a fim de indevidamente ingressar como beneficiário.  § 1º O valor apurado para o ressarcimento previsto no caput será atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo − IPCA;  § 2º Apurado o valor a ser ressarcido, mediante processo administrativo, e não tendo sido pago pelo beneficiário, ao débito serão aplicados os procedimentos de cobrança dos créditos municipais, na forma da legislação específica;  §3º Na hipótese de alegações de fraudes ou irregularidades, o Município deverá iniciar procedimento administrativo para apuração e reparação de eventuais fraudes e danos ao erário.  CAPÍTULO V  DAS DISPOSIÇÕES FINAIS  Art. 27 Administração Pública não será responsável por danos causados aos bens materiais, após a efetiva entrega ao beneficiário.  Art. 28 As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotação orçamentária própria.  Art. 29 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  Publique-se!  Prefeitura Municipal de Maricá, em 01 de março de 2016.  Maricá, 01 de março de 2016.  Maricá (100 de março de	Família com idosos ( ) Família com crianças ( ) Família com priadores de necessidades especiais ( ) Família com portadores de necessidades especiais ( ) Família com portadores de necessidades especiais ( ) Família com cuja renda mensal per capta familiar seja igual ou inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo federal, que estejam cadastradas junto aos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS e inscritas no CadÚnico ( ) Tipo de Deficiência, caso tenha (Assinalar com um x) /
II - contribuir para que pessoa diversa do beneficiário final receba o beneficio; Parágrafo único. O servidor público que cometer qualquer das infrações de que trata o caput fica obrigado a ressarcir integralmente o dano, aplicando-se-lhe multa nunca inferior ao dobro e superior ao quádruplo da quantia paga indevidamente.  Art. 26 Sem prejuízo da sanção penal, será obrigado a efetuar o ressarcimento da importância recebida o beneficiário que dolosamente tenha prestado informações falsas ou utilizado qualquer outro meio ilícito, a fim de indevidamente ingressar como beneficiário.  § 1º O valor apurado para o ressarcimento previsto no caput será atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo — IPCA;  § 2º Apurado o valor a ser ressarcido, mediante processo administrativo, e não tendo sido pago pelo beneficiário, ao débito serão aplicados os procedimentos de cobrança dos créditos municipais, na forma da legislação específica;  §3º Na hipótese de alegações de fraudes ou irregularidades, o Município deverá iniciar procedimento administrativo para apuração e reparação de eventuais fraudes e danos ao erário.  CAPÍTULO V  DAS DISPOSIÇÕES FINAIS  Art. 27 AAdministração Pública não será responsável por danos causados aos bens materiais, após a efetiva entrega ao beneficiário.  Art. 28 As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotação orçamentária própria.  Art. 29 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  Publique-se!  Prefeitura Municipal de Maricá, em 01 de março de 2016.  Maricá, 01 de março de 2016.  Washington Luiz Cardoso Siqueira (Quaquá)  Prefeito do Município de Maricá  ANEXO  FICHA DE CADASTRO DO BENEFICIÁRIO  Dados de Controle	Família com idosos ( ) Família com crianças ( ) Família com priadores de necessidades especiais ( ) Família com portadores de necessidades especiais ( ) Família com portadores de necessidades especiais ( ) Famílias com cuja renda mensal per capta familiar seja igual ou inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo federal, que estejam cadastradas junto aos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS e inscritas no CadÚnico ( ) Tipo de Deficiência, caso tenha (Assinalar com um x) / _/ Cegueira
II - contribuir para que pessoa diversa do beneficiário final receba o beneficio; Parágrafo único. O servidor público que cometer qualquer das infrações de que trata o caput fica obrigado a ressarcir integralmente o dano, aplicando-se-lhe multa nunca inferior ao dobro e superior ao quádruplo da quantia paga indevidamente.  Art. 26 Sem prejuízo da sanção penal, será obrigado a efetuar o ressarcimento da importância recebida o beneficiário que dolosamente tenha prestado informações falsas ou utilizado qualquer outro meio ilícito, a fim de indevidamente ingressar como beneficiário.  § 1º O valor apurado para o ressarcimento previsto no caput será atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo − IPCA;  § 2º Apurado o valor a ser ressarcido, mediante processo administrativo, e não tendo sido pago pelo beneficiário, ao débito serão aplicados os procedimentos de cobrança dos créditos municipais, na forma da legislação específica;  §3º Na hipótese de alegações de fraudes ou irregularidades, o Município deverá iniciar procedimento administrativo para apuração e reparação de eventuais fraudes e danos ao erário.  CAPÍTULO V  DAS DISPOSIÇÕES FINAIS  Art. 27 Administração Pública não será responsável por danos causados aos bens materiais, após a efetiva entrega ao beneficiário.  Art. 28 As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotação orçamentária própria.  Art. 29 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  Publique-se!  Prefeitura Municipal de Maricá, em 01 de março de 2016.  Maricá, 01 de março de 2016.  Maricá (100 de março de	Família com idosos ( ) Família com crianças ( ) Família com priadores de necessidades especiais ( ) Família com portadores de necessidades especiais ( ) Família com portadores de necessidades especiais ( ) Famílias com cuja renda mensal per capta familiar seja igual ou inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo federal, que estejam cadastradas junto aos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS e inscritas no CadÚnico ( ) Tipo de Deficiência, caso tenha (Assinalar com um x) / _/ Cegueira
II - contribuir para que pessoa diversa do beneficiário final receba o beneficio; Parágrafo único. O servidor público que cometer qualquer das infrações de que trata o caput fica obrigado a ressarcir integralmente o dano, aplicandose-se-lhe multa nunca inferior ao dobro e superior ao quádruplo da quantia paga indevidamente.  Art. 26 Sem prejuízo da sanção penal, será obrigado a efetuar o ressarcimento da importância recebida o beneficiário que dolosamente tenha prestado informações falsas ou utilizado qualquer outro meio ilícito, a fim de indevidamente ingressar como beneficiário.  § 1º O valor apurado para o ressarcimento previsto no caput será atualizado pelo Indice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo — IPCA;  § 2º Apurado o valor a ser ressarcido, mediante processo administrativo, e não tendo sido pago pelo beneficiário, ao débito serão aplicados os procedimentos de cobrança dos créditos municipais, na forma da legislação específica;  §3º Na hipótese de alegações de fraudes ou irregularidades, o Município deveráiniciar procedimento administrativo para apuração e reparação de eventuais fraudes e danos ao erário.  CAPÍTULO V  DAS DISPOSIÇÕES FINAIS  Art. 27 Administração Pública não será responsável por danos causados aos bens materiais, após a efetiva entrega ao beneficiário.  Art. 28 As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotação orçamentária própria.  Art. 29 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  Publique-se!  Prefeitura Municipal de Maricá, em 01 de março de 2016.  Maricá, 01 de março de 2016.  Maricá, 01 de março de 2016.  Maricá O1 de Maricá O1	Família com idosos ( ) Família com cianças ( ) Família com portadores de necessidades especiais ( ) Família com cuja renda mensal per capta familiar seja igual ou inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo federal, que estejam cadastradas junto aos Centros de Referência da Assistência Social — CRAS, Centro de Referência Especializado da Assistência Social — CREAS e inscritas no CadÚnico ( ) Tipo de Deficiência, caso tenha (Assinalar com um x) // Cegueira / Mudez / Surdez / Mental / Mental / Sisinalar com um x) // Cegueira / Mudez / Surdez / Mental / Men

ı	Diasileilo 3- Estialigella	2-1	/las	cul	ino							
	Brasileiro Naturalizado		riac	Jour				_				
	País de Origem /						_[	D	ata	da	Ch	ega
_	ao Brasil /_/_/_/_/											
	UF Munic. Nasc. //	No	me	do /	Μι	ınıc	piqi	o de	€N	asc	mc	ento
/	Nome Completo do Pai (sem abreviaçõ	ies)		′								
			_/_	_/_				_/_	_/_	_/_	_/_	
			_/_					_/_	_/_	_/_	_/_	
	Nome Completo da Mãe (sem abreviaç	ões	)									
				_/_		_/_	_/_	_/_	_/_	_/_	_/_	
_												
			_/_	_/_		_/_	_/_	_/_	_/_	_/_	_/_	
_												
	Estado Civil //							nfo	rma	ar s	e o	Cor
_	panheiro (a) Reside no Domicílio //											
		Viú	VO									1- S
-	2-Casado (a) 4- Separado (a)										2	2- Na
	Valor do contrato de locação											
_	R\$/ <i> </i>											
	Declaro que as informações contidas n	este	e foi	rmı	ılár	io s	ão	vei	idic	cas	:	
-	Assinatura do Responsável											

### DECRETO Nº 23, DE 01 DE MARÇO DE 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARICÁ, no uso de suas atribuições legais, com fulcro nos Art. № 7 do Decreto Federal № 7.257, DE 4 DE AGOSTO DE 2010 e pela INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, DE 24 DE AGOSTO DE 2012 DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL; Declara em situação anormal, caracterizada como situação de emergência a área do Município afetada por desastre Hidrológico - Alagamentos conforme IN/MI 01/2012 1.2.3.0.0.

### CONSIDERANDO-SE QUE:

Uma intensa precipitação pluviométrica, atingindo o índice máximo de 234 mm, num período de 24 horas em Ponta Negra em outros bairros passando de 100 mm no mesmo período, havendo um transbordamento abrupto dos rios: Mumbuca, Ubatiba, Fundo, Buris, Camburi, Brejo da Costa, Imbassaí, Madruga, São Bento, Bambuí, Taquaral e Itaocaia, a partir das 07h30mim do dia 06/04/2010, que inundou os perímetros urbanos do Município, principalmente na região Central e nos Bairros de Inoã, São José e Distrito de Itaipuacu, estima-se que chegam a cerca 8.000 (oito mil) atingidos, além de diversos prejuízos materiais nos bairros atingidos.

Como consequência deste desastre, resultaram os danos humanos, materiais e ambientais e os prejuízos econômicos e sociais, constantes do formulário

Em acordo com a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, DE 24 DE AGOSTO DE 2012 DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, a intensidade deste desastre foi dimensionada como nível I.

CONSIDERANDO os desastres naturais classificados como de NÍVEL I -Enchentes ou Inundações Graduais, que vêm ocorrendo desde o dia 29 de fevereiro do corrente ano, que culminou com cerca de 8.000 (oito mil) atingidos, além de diversos prejuízos materiais nos bairros atingidos.

CONSIDERANDO que existem pessoas desabrigadas, que se encontram em abrigos públicos provisórios da Prefeitura Municipal e em casas de parentes e amigos, acarretando um prejuízo social e econômico, sendo que existem locais com alagamentos e danos materiais nas edificações acarretando também a interdição de alguns locais de risco devido a escorregamentos de massa dos taludes dentro do perímetro urbano;

CONSIDERANDO o parecer da Secretaria Adjunta Municipal de Proteção e Defesa Civil, relatando a ocorrência deste desastre, sendo favorável a decretação de situação de emergência.

Art. 1º Fica declarada a existência de situação anormal provocada por desastre e caracterizada como Situação de Emergência por desastre Hidrológico - Alagamentos conforme IN/MI 01/2012 1.2.3.0.0..

Parágrafo Único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo FIDE.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação do Secretário Adjunto Municipal de Defesa Civil e autoriza-se o desencadeamento do plano emergencial de resposta aos desastres, após adaptado a situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de

resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto a comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência

Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Adjunta Municipal de Proteção e Defesa Civil.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do Art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, autoriza-se as autoridades administrativas e os Agentes de Defesa Civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente:

I- Penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta

II- Usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outro bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos

Parágrafo único. Será responsabilizado o Agente de Defesa Civil ou a Autoridade Administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5.º De acordo com o estabelecido no Art. 5.º do Decreto-Lei n.º 3.365 de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§1.º No processo de desapropriação, deverão ser considerados a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras

§2.º Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade

6.º De acordo com o inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666/93, e considerando a urgência da situação vigente, ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários do desastre, desde que possam ser concluídos no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vetada a prorrogação dos contratos, salvo havendo continuidade dos eventos geradores

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data do desastre, devendo viger por um prazo de 90 dias.

Parágrafo único. O prazo de vigência deste Decreto pode ser prorrogado até completar um máximo de 180 dias.

Publique-se! PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ, EM 01 DE MARÇO DE

WASHINGTON LUIZ CARDOSO SIQUEIRA (QUAQUÁ) - PREFEITO

### DECRETO Nº 24, DE 01, DE MARÇO DE 2016.

Declara de Utilidade Pública e autoriza a Desapropriação as áreas de terras denominadas de Sítio 100-J; 100-L, 100-M, 100-N e VÍA DE PENETRAÇÃO DENOMINADA RUA X NO LOTE 100 DO Loteamento Chácaras de Inoã, de propriedade de LUIZ ROBERTO CHARNAUX SERTÃ, 3º Distrito de Maricá, para INSTALAR o PARQUE MUNICIPAL DE CONVÍVIO URBANO E CONSTRUÇÃO DE EQUIPAMENTO PÚBLICO DE REMANEJAMENTO HIDRÁU-LICO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARICÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 49, inciso XVIII da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 5º, alínea "c", "g" e "i" do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941; DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública, para fins de desapropriação, por via administrativa ou judicial, as áreas de terras a seguir delimitadas: Sítio 100-J situado no Lote 100 do Loteamento Chácaras de Inoã, remanescente da área E, 3.º Distrito de Maricá, inscrito no Registro de Imóveis sob o n.º 73.156 com área de 2,07 ha; Sítio 100-L situado no Lote 100 do Loteamento Chácaras de Inoã, remanescente da área E, 3.º Distrito de Maricá, inscrito no Registro de Imóveis sob o n.º 73,157 com área de 2,09 há; Sítio 100-M situado no Lote 100 do Loteamento Chácaras de Inoã, remanescente da área E, 3.º Distrito de Maricá, inscrito no Registro de Imóveis sob o n.º 73,158 com área de 2,11 há; Sítio 100-N situado no Lote 100 do Loteamento Chácaras de Inoã, remanescente da área E, 3.º Distrito de Maricá, inscrito no Registro de Imóveis sob o n.º 73.159 com área de 4,06 ha e Via de Penetração, denominado Rua X situado no Lote 100 do Loteamento Chácaras de Inoã, remanescente da área E, 3.º Distrito de Maricá, inscrito no Registro de Imóveis sob o n.º 73,160 com área de 1.266,75, de propriedade de LUIZ ROBERTO CHARNAUX SERTÃ

Art. 2º Fica autorizada a Procuradoria Geral do Município a proceder a desa-

propriação via administrativa ou judicial, das áreas descritas no art.1º deste Decreto.

Art. 3º Fica a Procuradoria Geral do Município autorizada, após publicação do ato, a tomar as providências cabíveis junto aos setores competentes com relação a área desapropriada de 4.535,00m2, devendo proceder as anotações e averbações de acordo com a Lei nº 6.015/73.

Art. 4º Ó imóvel a ser desapropriado será utilizado para INSTALAR o PARQUE MUNICIPAL DE CONVÍVIO URBANO E CONSTRUÇÃO DE EQUIPAMEN-TO PÚBLICO DE REMANEJAMENTO HIDRÁULICO

Art. 5º As despesas decorrentes desta desapropriação ficarão por conta do Orcamento Vigente

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Publique-se!

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, RJ, 01 de março de 2016. WASHINGTON LUIZ CARDOSO SIQUÉIRA (QUAQUÁ)

### SECRETARIA EXECUTIVA DE GESTÃO DO **GABINETE DO PREFEITO E ARTICULAÇÃO GOVERNAMENTAL**

EXTRATO DO CONTRATO N.º 288/2015, REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 18011/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE MARICÁ E J. C. M. NITERÓI REFRIGERAÇÃO

OBJETO: CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE E INSTALAÇÃO DE APARE-LHOS CONDICIONADORES DE AR, ATRAVÉS DA ATÁ DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 41/2015 (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 16829/2014, REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/2014)

VALOR: R\$ 5.480,00 (CINCO MIL E QUATROCENTOS E OITENTA REAIS). FUNDAMENTO LEGAL: ART. 15, §3º DA LEI FEDERAL N.º 8666/93, DE-CRETO MUNICIPAL N.º 047/2013 E LEGISLAÇÃO CORRELATA. PRAZO: 0 (UM) MÊS

PROGRAMA DE TRABALHO: 02.01.04.122.0001.2001

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.3.9.0.39.00.00.00, 3.3.3.9.0.30.00.00.00 e 3.4.4.9.0.52.00.00.00.

ORIGEM DO RECURSO: 206

NOTA DE EMPENHO: 2877/2015, 2878/2015 e 2879/2015.

DATA DA ASSINATURA: 16/12/2015

MARICÁ, 16 DE DEZEMBRO DE 2015. CARLOS MANOEL COSTA LIMA

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE GESTÃO DO GABINETE DO PREFEITO E ARTICULAÇÃO GOVERNAMENTAL

PORTARIA № 288, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015. DESIGNA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO CON-TRATO N.º 288/2015 REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE GESTÃO DO GABINETE DO PREFEITO E ARTICULAÇÃO GOVERNAMENTAL, no uso de suas atribuições legais, considerando a deliberação da Coordenadoria de Contratos e Convênios, em observância ao art. 34 § 2º do decreto 047/2013 e Art. 3º, VIII do decreto municipal n.º 086/12 e considerando a necessidade de regulamentar e fiscalizar o cumprimento do contrato n.º 288/2015, cujo objeto é a aquisição e instalação de aparelhos condicionadores de ar, através da ata de registro de preços n.º 41/2015 (Processo Administrativo nº 16829/2014, referente ao Pregão Presencial nº 73/2014).

RESOLVE: Art. 1º DESIGNAR os servidores, abaixo, para compor a Comissão de Fiscalização, do contrato n.º 288/2015 do Processo Administrativo n.º 17511/2015 cujo objeto é a aquisição e instalação de aparelhos condicionadores de ar, através da ata de registro de preços n.º 41/2015 (Processo Administrativo nº 16829/2014, referente ao Pregão Presencial nº 73/2014).

Ana Beatriz Elizeu – Matrícula 101.123 Vitor Hugo Fagundes – Matrícula n.º 101.982

Michele de Almeida Tuzzi - Matrícula n.º 102.117

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, gerando seus efeitos a partir de 16/12/2015. Publique-se!

Prefeitura Municipal de Maricá, em 16 de dezembro de 2015.

CARLOS MANOEL COSTA LÍMA

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE GESTÃO DO GABINETE DO PREFEITO E ARTICULAÇÃO GOVERNAMENTAL

### SECRETARIA ADJUNTA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 35/2016, REFERENTE AO PROCESSO AD-MINISTRATIVO N.º 1278/2016.

PARTES: MUNICÍPIO DE MARICÁ E LAZZARI MARTINEZ COMERCIO VA-REJISTA DE MATERIAIS E EQUIPAMENTO LTDA-ME.

OBJETO: CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA ATENDER A DEMANDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ, ATRAVÉS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 42/2015 (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17891/2013, REFERÊNTE AO PREGÃO PRESEN-CIAL Nº 23/2014).

VALOR: R\$ 51.480,00 ( CINQUENTA E UM MIL QUATROCENTOS E OI-TENTA REAIS).

FUNDAMENTÓ LEGAL: ART. 15, §3º DA LEI FEDERAL N.º 8666/93, DE-CRETO MUNICIPAL N.º 047/2013 E LEGISLAÇÃO CORRELATA.

PRAZO: ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2016 PROGRAMA DE TRABALHO: 14.01.04.122.0001.2001 ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.3.9.0.30.00.00.00 ORIGEM DO RECURSO: 206 NOTA DE EMPENHO: 342/2016 DATA DA ASSINATURA:22/01/2016 MARICÁ, 22 DE JANEIRO DE 2016. GILBERTO

**PALMARES** 

SECRETÁRIO ADJUNTO DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA N.º 35 DE 22 DE JANEIRO DE 2016.

DESIGNA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO CON-TRATO N.º 35/2016 REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando a deliberação da Coordenadoria de Contratos e Convênios em observância ao art. 3º, VIII do decreto municipal nº 086/12 e considerando a necessidade de regulamentar e fiscalizar o cumprimento do contrato nº 35/2016 cujo objeto é contrato para aquisição de material de expediente para atender a demanda da prefeitura municipal de maricá, através da Ata de Registro de Preços n.º 42/2015 (Processo Administrativo nº 17981/2013, referente ao Pregão Presencial n.º 23/2014). **RESOLVE** 

Art. 1º DESIGNAR os servidores, abaixo, para compor a Comissão de Fiscalização de cumprimento dos termos do contrato n.º 35/2016 do Processo Administrativo n.º 1278/2016, cujo objeto é objeto é contrato para aquisição de material de expediente para atender a demanda da prefeitura municipal de maricá, através da Ata de Registro de Preços n.º 42/2015 (Processo Administrativo nº 17981/2013, referente ao Pregão Presencial n.º 23/2014).

Marli Azevedo Camacho – Matrícula No. 1216 Priscila Ribeiro Jobim de Souza - Matrícula Nº. 8218 Ana Cristina S. Pinheiro - Matrícula 871

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, gerando seus efeitos a partir de 22/01/2016. Publique-se!

Prefeitura Municipal de Maricá, em 22 de janeiro de 2016. GILBERTO SILVA PALMARES

SECRETÁRIO ADJUNTO DE ADMINISTRAÇÃO

# SECRETARIA EXECUTIVA DE GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E PETRÓLEO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 303/2015, REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 19440/2015.

PARTES: MUNICÍPIO DE MARICÁ E J. C. M. NITERÓI REFRIGERAÇÃO

OBJETO: CONTRATATO PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE APARE-LHOS CONDICIONADORES DE AR, ATRAVÉS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2015 (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 16829/2014, RE-

FERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/2014). VALOR: R\$ 1.560,00 (UM MIL E QUINHENTOS E SESSENTA REAIS) FUNDAMENTO LEGAL: ART. 15, §3° DA LEI FEDERAL N.º 8666/93, DE-CRETO MUNICIPAL N.º 047/2013 E LEGISLAÇÃO CORRELATA.

PRAZO: 02 (DOIS) MESES E 15 (QUINZE) DIÁS. PROGRAMÀ DE TRABALHO: 24.01.04.122.001.2001

ELEMENTO DA DESPESA: 3.4.4.9.0.52.00.00.00, 3.3.3.9.0.39.00.00.00 e 3.3.3.9.0.30.00.00.00.

ORIGEM DO RECURSO: 206

EMPENHO Nº: 2954/2015, 2955/2015 e 2956/2015.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2015. MARICÁ, 22 DE DEZEMBRO 2015.

LOURÍVÁL CASULA FILHO

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO ECO-NÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E PETRÓLEO.

PORTARIA Nº 303 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015.

DESIGNA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO CON-TRATO N.º 303/2015 REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 19440/2015.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, no uso de suas atribuições legais, considerando a deliberação da Coordenadoria de Contratos e Convênios, em observância ao art. 34 § 2º do decreto 047/2013 e Art. 3°, VIII do decreto municipal n.º 086/12 e considerando a necessidade de regulamentar e fiscalizar o cumprimento do contrato n.º 303/2015, cujo objeto é o contrato para aquisição e instalação de aparelhos condicionadores de ar, referente à ata de registro de preço n° 41/2015 (processo administrativo n° 16829/2014, referente ao pregão presencial nº 73/2014). RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores, abaixo, para compor a Comissão de Fiscalização, do contrato n.º 303/2015 do Processo Administrativo n.º 19440/2015, cujo objeto é o contrato para aquisição e instalação de aparelhos condicionadores de ar, referente à ata de registro de preço n° 41/2015 (processo adminis-

trativo nº 16829/2014, referente ao pregão presencial nº 73/2014). Geferson Michel Santos de Sales - Matrícula N.º 102.082 Priscilla Borges dos Santos - Matrícula N.º 102.387

Gláucia Almeida de Lemos - Matrícula N.º 100.187

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, gerando seus efeitos a partir de 22/12/2015.

Publique-sel

Prefeitura Municipal de Maricá, em 22 de Dezembro de 2015.

LOURIVAL CASULA FILHO

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO ECO-NÔMICO. INDÚSTRIA. COMÉRCIO E PETRÓLEO.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO N.º 02/2015 DO PROCESSO ADMINISTRATIVO 23710/2014.

PARTES: MUNICÍPIO DE MARICÁ E MEGARIO TRANSPORTES E TURIS-MO LTDA EPP.

OBJETO: RESCINDIR AMIGAVELMENTE A PARTIR DE 10 DE AGOSTO DE 2015, O CONTRATO ADMINISTRATIVO CELEBRADO COM A EMPRE-SA MEGA RIO TRANSPORTES E TURISMO LTDA EPP EM 10 DE AGOS-TO DE 2015, QUE TEM COMO OBJETO A LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, NOS SEGUINTES TERMOS:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: APÓS REVISÃO DAS ATUAIS NECESSIDADES DA SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E PETRÓLEO E SECRETARIA ADJUNTA DE TRABALHO, VERIFICOU-SE QUE NECESSITA REMANEJAR SEU OR-CAMENTO PARA AS ÁREAS PRIORITÁRIAS DO MUNICÍPIO, EM RAZÃO DA CRISE ECONÔMICA DO PAÍS, AGRAVADA PELA QUEDA DO PREÇO DO BARRIL DE PETRÓLEO, CONSEQUENTEMENTE DA RECEITA DE ROYALTIES E AINDA A FRUSTRAÇÃO NA ARRECADAÇÃO ESTIMADA, CONFORME CONSTA NOS AUTOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

PARÁGRAFO SEGUNDO. A PARTIR DA ASSINATURA DESTE TERMO AS NOTAS DE EMPENHO N.º 0031/2015, 458/2015, 459/2015 E 460/2015 TORNAM-SE NULAS

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 78, XII C/C ART. 79, II, §1° DA LEI FEDERAL N.º 8666/93, DECRETO MUNICIPAL N.º 047/2013 E SUAS POSTERIORES MODIFICAÇÕES, BEM COMO LEGISLAÇÃO CORRELATA.

MARICÁ, 10 DE AGOSTO DE 2015.

LOURIVÁL CASULA FILHO

Secretário Executivo de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Petróleo

MARCELO CARVALHO DOS SANTOS Secretário Adjunto de Trabalho

## SECRETARIA ADJUNTA DE DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR

EXTRATO DO CONTRATO N.º 267/2015, REFERENTE AO PROCESSO

ADMINISTRATIVO N.º 17146/2015.
PARTES: MUNICÍPIO DE MARICÁ E ASSOCIAÇÃO CARIOCA DE PRES-TADORES DE SERVIÇOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS - PROCULTURAL OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ÔNIBUS INTERESTADUAL PARA PARTI-CIPAÇÃO NA MACHA NACIONAL DE MULHERES NEGRAS, ATRAVÉS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 04/2015 (PROCESSÓ ADMINISTRATIVO № 14075/2014, REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL №

VALOR: R\$ 80.910,00 (OITENTA MIL NOVECENTOS E DEZ REAIS) FUNDAMENTO LEGAL: NORMAS GERAIS E ART. 15, \$3 DA LEI FEDERAL N.º 8666/93, DECRETO MUNICIPAL N.º 047/2013 E LEGISLAÇÃO CORRE-LATA.

PRAZO: 01 (UM) MÊS. PROGRAMÀ DÉ TRABALHO: 29.01.04.122.0001.2001 ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.3.9.0.39.00.00.00 ORIGEM DO RECURSO: 206 NOTA DE EMPENHO: 2622/2015 DATA DA ASSINATURA: 13/11/2015

MARICÁ, 13 DE NOVEMBRO DE 2015.

MAURO RAMOS ALMEIDA

SECRETÁRIO ADJUNTO DE DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO **POPULAR** 

PORTARIA Nº 267, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2015.

DESIGNA COMISS ÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO CONTRATO N.º 267/2015 REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATI-VO N.º 17146/2015.

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR, no uso de suas atribuições legais, considerando a deliberação da Coordenadoria de Contratos e Convênios, em observância ao art. 34 § 2º do decreto 047/2013 e Art. 3°, VIII do decreto municipal n.º 086/12 e considerando a necessidade de regulamentar e fiscalizar o cumprimento do contrato n.º 267/2015, cujo objeto é a Contratação de Ônibus Interestadual para participação na Macha Nacional de Mulheres Negras, através da ata de registro de preços n.º 04/2015 (Processo Administrativo nº 14075/2014, referente ao Pregão Presencial nº 06/2015).

Art. 1º DESIGNAR os servidores, abaixo, para compor a Comissão de Fiscalização, do contrato n.º 267/2015 do Processo Administrativo n.º 17146/2015, cujo objeto é a Contratação de Ônibus Interestadual para participação na Macha Nacional de Mulheres Negras, através da ata de registro de preços n.º 04/2015 (Processo Administrativo nº 14075/2014, referente ao Pregão Presencial nº 06/2015).

Luciana da Silva Piredda - Matrícula: 8119 Vera Maria Luciano dos Santos - Matrícula: 104.117 Almir Jorge Figueiredo - Matrícula: 103.067

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as

disposições em contrário, gerando seus efeitos a partir de 13/11/2015. Publique-se!

www.marica.rj.gov.br

Prefeitura Municipal de Maricá, em 13 de Novembro de 2015. MAURO RAMOS ALMEIDA

SECRETÁRIO ADJUNTO DE DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR

### SECRETARIA ADJUNTA DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01 DE PRORROGAÇÃO DO CONTRA-TO Nº 85/2015, REFERENTE AO PROCESSO N.º 2111/2015 PARTES: MUNICÍPIO DE MARICÁ E GARFO'S CAPTAÇÃO E SERVIÇOS

DE TRANSPORTE LTDA-ME.

OBJETO: O PRESENTE TERMO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO N.º 85/2015, DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL, ATRAVÉS DE CARROS-PIPA PARA FAZER O ABASTĘ-CIMENO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MARICÁ, NA FORMA ABAIXO: I. PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DOS REFERIDOS SERVIÇOS, AMPARADA NO DISPOSTO NO ARTIGO 57, II, DA LEI FEDERAL 8.666/93, NA FORMA DE JUSTIFICATIVA INSERIDOS AOS AUTOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2111/2015, PRORRO-GANDO A VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 85/2015, POR MAIS 08 (OITO) MESES E 15 (QUINZE) DIAS, DE 01 DE JANEIRO DE 2015 ATÉ 15 DE SETEMBRO DE 2016.

VALOR: O VALOR GLOBAL DO CONTRATO N.º 85/2015, NÃO SOFRERÁ ALTERAÇÕES, SENDO O VALOR DA PRORROGAÇÃO NA IMPORTÂN-CIA DE R\$ 612.000,00 (SEISCENTOS E DOZE MIL RÉAIS), NOS TERMOS DAS PLANILHAS ÁPENSADAS AOS PRESENTES AUTÓS. PARÁGRAFO ÚNICO: AS DESPESAS PREVISTAS NESTE CONTRATO CORRERÃO POR MEIO DE NOTA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO N.º 17.01.12.361.0008.2124

ELEMENTO DE DESPESA N.º 3.3.3.9.0.39.00.00.00

FONTE DE RECURSO N.º 204 NOTA DE EMPENHO N.º 084/2016

PRAZO: 08 (OITO) MESES E 15 (QUINZE) DIAS. FUNDAMENTO LEGAL: LEI FEDERAL № 8.666/93, LEI FEDERAL № 8.245/91, DECRETO MUNICIPAL Nº 047/2013 E SUAS ALTERAÇÕES.

DATA DA ASSINATURA: 04/01/2016 MARICÁ, 04 DE JANEIRO DE 2016. DANIEL JOSÉ ALVES NETO SECRETÁRIO ADJUNTO DE EDUCAÇÃO

### **SECRETARIA ADJUNTA DE SAÚDE**

EXTRATO DO CONTRATO N.º 03/2016, REFERENTE AO PROCESSO AD-MINISTRATIVO Nº 18932/2015.

PARTES: MUNICÍPIO DE MARICÁ E SIGMAMED DISTRIBUIDORA EIRELI OBJETO: FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA ATENDER AS DEMANDAS JUDICIAIS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MU-NICÍPIO DE MARICÁ E SIGMAMED DISTRIBUIDORA EIRELI, ATRAVÉS DA AQUISIÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRE-SENCIAL 16/2015 REALIZADO PELO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA BAIXADA FLUMINENSE (CISBAF)

VALOR GLOBAL: R\$ 500.000,00 (QUÌNHENTÓS MIL REAIS) FUNDAMENTO LEGAL: LEI FEDERAL N.º 8666/93, DECRÉTOS MUNICI-

PAIS Nº 047/2013 E 005/2010 E SUAS ALTERAÇÕES PRAZO: O CONTRATO VIGORARÁ ATÉ 31/12/2016 PROGRAMA DE TRABALHO: 20.02.10.061.0013.2189

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.3.9.0.30.00.00.00 ORIGEM DO RECURSO: 203 E 236

NOTA DE EMPENHO: 44/2016 E 45/2016 DATA DA ASSINATURA: 08/01/2016 MARICÁ, 08 DE JANEIRO DE 2016.

PETERSON DA SILVA CABRAL SECRETÁRIO ADJUNTO DE SAÚDE

PORTARIA Nº 14, DE 08 DE JANEIRO DE 2016.

DESIGNA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO CON-TRATO Nº 03/2016, REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 18932/2015.

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, considerando a deliberação da Secretaria Adjunta de Saúde em observância ao art. 34, §2 do decreto 047/2013 e Art. 3°, VIII do Decreto Municipal nº 086/12 e considerando a necessidade de regulamentar e fiscalizar o cumprimento do Contrato nº 03/2016, através do processo administrativo nº 18932/2015, que tem como objeto o Fornecimento de Medicamentos e Materiais para atender as Demandas Judicias, através da aquisição à ata de registro de preços do pregão presencial 16/2015 realizado pelo Consórcio Intermunicipal De Saúde Da Baixada Fluminense (Cisbaf).

Art. 1º DESIGNAR os servidores abaixo, para compor a Comissão de Fiscalização de cumprimento do Contrato nº 03/2016, através do processo administrativo nº 18932/2015, que tem como objeto o Fornecimento de Medicamentos e Materiais para atender as Demandas Judicias, através da aquisição à ata de registro de preços do pregão presencial 16/2015 realizado pelo Consórcio Intermunicipal De Saúde Da Baixada Fluminense (Cisbaf).

Jamily Domingues de Mello - Matrícula: 104264 Fabiano Mataruna da Silva - Matrícula 5684 Pedro Jorge Venancio Monteiro – Matrícula 24682 Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, gerando seus efeitos a partir de 08/01/2016.

Prefeitura Municipal de Maricá, em 08 de janeiro de 2016. PETERSON DA SILVA CABRAL

SECRETÁRIO ADJUNTO DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO N.º 04/2016, REFERENTE AO PROCESSO AD-MINISTRATIVO Nº 19552/2015.

PARTES: MUNICÍPIO DE MARICÁ E DALMAR MEDICAMENTO LTDA-ME OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR, PARA ATEN-DER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA ADJUNTA DE SAÚDE, ATRA-VÉS DA AQUISIÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2015.

VALOR GLOBAL: R\$ 315.330,38 (TREZENTOS E QUINZE MIL, TREZENTOS E TRINTA REAIS E TRINTA E OITO CENTAVOS)

FUNDAMENTO LEGAL: LEI FEDERAL N.º 8666/93, DECRETOS MUNICI-PAIS Nº 047/2013 E 005/2010 E SUAS ALTERAÇÕES PRAZO: O CONTRATO VIGORARÁ ATÉ 31/12/2016

PROGRAMA TRABALHO: 20.02.10.302.0013.2186 20.02.10.303.0004.2173

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.3.9.0.30.00.00.00 ORIGEM DO RECURSO: 202, 203 e 206

NOTA DE EMPENHO: 53/2016, 54/2016, 55/2016, 56/2016, 57/2016 e

DATA DA ASSINATURA: 15/01/2016 MARICÁ, 15 DE JANEIRO DE 2016. PETERSON DA SILVA CABRAL SECRETÁRIO ADJUNTO DE SAÚDE

PORTARIA Nº 15, DE 15 DE JANEIRO DE 2016.

DESIGNA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO CON-TRATO Nº 04/2016, REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 19552/2015.

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, considerando a deliberação da Secretaria Adjunta de Saúde em observância ao art. 34, §2 do decreto 047/2013 e Art. 3°, VIII do Decreto Municipal nº 086/12 e considerando a necessidade de regulamentar e fiscalizar o cumprimento do Contrato nº 04/2016, através do processo administrativo nº 19552/2015, que tem como objeto aquisição de material médico hospitalar, para atender as necessidades da secretaria adjunta de saúde, através da aquisição à ata de registro de preços nº32/2015. **RĔSOLVE**:

Art. 1º DESIGNAR os servidores abaixo, para compor a Comissão de Fiscalização de cumprimento do Contrato nº 04/2016, através do processo administrativo nº 19552/2015, que tem como objeto aquisição de material médico hospitalar, para atender as necessidades da secretaria adjunta de saúde, através da aquisição à ata de registro de preços nº32/2015. Jamily Domingues de Mello – Matrícula: 104264

Fabiano Mataruna da Silva - Matrícula 5684 Pedro Jorge Venancio Monteiro - Matrícula 24682

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, gerando seus efeitos a partir de 15/01/2016. Publique-se!

Prefeitura Municipal de Maricá, em 15 de janeiro de 2016.

PETERSON DA SILVA CABRAL SECRETÁRIO ADJUNTO DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO N.º 05/2016, REFERENTE AO PROCESSO AD-MINISTRATIVO Nº 185/2016.

PARTES: MUNICÍPIO DE MARICÁ E GETFARMA DISTRIBUIDORA DE ME-DICAMENTOS LTDA-ME.

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA ATEN-DER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA ADJUNTA DE SAÚDE, ATRA-VÉS DAAQUISIÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 10/2015 VALOR GLOBAL: R\$ 275.675,45 (DUZENTOS E SETENTA E CINCO MIL

SEISCENTOS E SETENTA E CINCO REAIS E QUARENTA E CINCO CEN-

FUNDAMENTO LEGAL: LEI FEDERAL N.º 8666/93, DECRETOS MUNICI-PAIS Nº 047/2013 E 005/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

PRAZO: O CONTRATO VIGORARÁ ATÉ 31/12/2016 PROGRAMA DE TRABALHO: 20.02.10.303.0004.2173

20.02.10.302.0013.2186 ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.3.9.0.30.00.00.00

ORIGEM DO RECURSO: 202 e 203 NOTA DE EMPENHO: 50/2016, 51/2016, 59/2016 DATA DA ASSINATURA: 15/01/2016 MARICÁ, 15 DE JANEIRO DE 2016. PETERSON DA SILVA CABRAL

PORTARIA Nº 16, DE 15 DE JANEIRO DE 2016.

SECRETÁRIO ADJUNTO DE SAÚDE

DESIGNA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO CON-TRATO Nº 05/2016, REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 185/2016.

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, considerando a deliberação da Secretaria Adjunta de Saúde em observância ao art. 34, §2 do decreto 047/2013 e Art. 3°, VIII do Decreto Municipal nº 086/12 e considerando a necessidade de regulamentar e fiscalizar o cumprimento do Contrato nº 05/2016, através do processo administrativo nº 185/2016, que tem como objeto a aquisição parcelada de medicamentos para atender as necessidades da secretaria adjunta de saúde, através da aquisição à ata de registro

Art. 1º DESIGNAR os servidores abaixo, para compor a Comissão de Fis-calização de cumprimento do Contrato nº 05/2016, através do processo administrativo nº 185/2016, que tem como objeto a aquisição parcelada de medicamentos para atender as necessidades da secretaria adjunta de saúde, através da aquisição à ata de registro de preços n.º 10/2015.

Jamily Domingues de Mello - Matrícula: 104264 Fabiano Mataruna da Silva - Matrícula 5684

Pedro Jorge Venancio Monteiro - Matrícula 24682

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, gerando seus efeitos a partir de 15/01/2016. Publique-se!

Prefeitura Municipal de Maricá, em 15 de janeiro de 2016.

PETERSON DA SILVA CABRAL SECRETÁRIO ADJUNTO DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO N.º 06/2016, REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO № 19740/2015. PARTES: MUNICÍPIO DE MARICÁ E LINEA-RJ COMÉRCIO EIRELI-ME.

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA ATEN-DERAS NECESSIDADES DA SECRETARIA ADJUNTA DE SAÚDE, ATRA-VÉS DA AQUISIÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2015 VALOR GLOBAL: R\$ 539.732,25 (QUINHENTOS E TRINTA E NOVE MIL SETECENTOS E TRINTA E DOIS REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS) FUNDAMENTO LEGAL: LEI FEDERAL N.º 8666/93, DECRETOS MUNICI-PAIS № 047/2013 E 005/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

PRAZO: O CONTRATO VIGORARÁ ATÉ 31/12/2016

PROGRAMA DE TRABALHO: 20.02.10.303.0004.2173 20.02.10.302.0013.2186

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.3.9.0.30.00.00.00

ORIGEM DO RECURSO: 202, 203, 206 e 232

NOTA DE EMPENHO: 60/2016, 61/2016, 62/2016, 63/2016, 64/2016,

65/2016, 66/2016 e 67/2016 DATA DA ASSINATURA: 15/01/2016 MARICÁ, 15 DE JANEIRO DE 2016.

PETERSON DA SILVA CABRAL SECRETÁRIO ADJUNTO DE SAÚDE

PORTARIA Nº 17, DE 15 DE JANEIRO DE 2016. DESIGNA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO CONTRATO Nº 06/2016, REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, considerando a deliberação da Secretaria Adjunta de Saúde em observância ao art. 34, §2 do decreto 047/2013 e Art. 3°, VIII do Decreto Municipal nº 086/12 e considerando a necessidade de regulamentar e fiscalizar o cumprimento do Contrato nº 06/2016, através do processo administrativo nº 19740/2015, que tem como objeto a aquisição parcelada de medicamentos para atender as necessidades da secretaria adjunta de saúde, através da aquisição à ata de registro de preços n.º 11/2015

RĔSOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores abaixo, para compor a Comissão de Fis-calização de cumprimento do Contrato nº 06/2016, através do processo administrativo nº 19740/2015, que tem como objeto a aquisição parcelada de medicamentos para atender as necessidades da secretaria adjunta de saúde, através da aquisição à ata de registro de preços n.º 11/2015

Jamily Domingues de Mello – Matrícula: 104264 Fabiano Mataruna da Silva – Matrícula 5684

Pedro Jorge Venancio Monteiro - Matrícula 24682

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, gerando seus efeitos a partir de 15/01/2016. Publique-se!

Prefeitura Municipal de Maricá, em 15 de janeiro de 2016.

PETERSON DA SILVA CABRAL

SECRETÁRIO ADJUNTO DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO N.º 07/2016, REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO № 19556/2015. PARTES: MUNICÍPIO DE MARICÁ E DALMAR MEDICAMENTO LTDA-ME

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA ATEN-DER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA ADJUNTA DE SAÚDE, ATRA-VÉS DAAQUISIÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 09/2015 VALOR GLOBAL: R\$ 1.033.174,95 (HUM MILHÃO, TRINTA E TRÊS MIL CENTO E SETENTA E QUATRO RÈAIS E NOVENTA E CINCO CENTA-

FUNDAMENTO LEGAL: LEI FEDERAL N.º 8666/93, DECRETOS MUNICI-PAIS Nº 047/2013 E 005/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

PRAZO: O CONTRATO VIGORARÁ ATÉ 31/12/2016

DE TRABALHO: PROGRAMA 20.02.10.301.0004.2157, 20.02.10.302.0013.2186 e 20.02.10.303.0004.2173

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.3.9.0.30.00.00.00

ORIGEM DO RECURSO: 202, 203, 206 e 236 NOTA DE EMPENHO: 68/2016, 69/2016, 70/2016, 71/2016, 74/2016, 75/2016, 76/2016, 77/2015, 78/2016 e 79/2015.

DATA DA ASSINATURA: 15/01/2016 MARICÁ, 15 DE JANEIRO DE 2016. PETERSON DA SILVA CABRAL SECRETÁRIO ADJUNTO DE SAÚDE

PORTARIA № 18, DE 15 DE JANEIRO DE 2016. DESIGNA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO CON-TRATO Nº 07/2016. REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, considerando a deliberação da Secretaria Adjunta de Saúde em observância ao art. 34, §2 do decreto 047/2013 e Art. 3°, VIII do Decreto Municipal nº 086/12 e considerando a necessidade de regulamentar e fiscalizar o cumprimento do Contrato nº 07/2016, através do processo administrativo nº 19556/2015, que tem como objeto a aquisição parcelada de medicamentos para atender as necessidades da secretaria adjunta de saúde, através da aquisição à ata de registro de preços n.º 09/2015 RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores abaixo, para compor a Comissão de Fis-calização de cumprimento do Contrato nº 07/2016, através do processo administrativo nº 19556/2015, que tem como objeto a aquisição parcelada de medicamentos para atender as necessidades da secretaria adjunta de saúde, através da aquisição à ata de registro de preços n.º 09/2015 Jamily Domingues de Mello – Matrícula: 104264

Fabiano Mataruna da Silva - Matrícula 5684

Pedro Jorge Venancio Monteiro – Matrícula 24682

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, gerando seus efeitos a partir de 15/01/2016. Publique-se!

Prefeitura Municipal de Maricá, em 15 de janeiro de 2016. PETERSON DA SILVA CABRAL

SECRETÁRIO ADJUNTO DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO N.º 08/2016, REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 19553/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE MARICÁ E SNA COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA ATEN-DER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA ADJUNTA DE SAÚDE, ATRA-VÉS DA AQUISIÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 36/2015 VALOR GLOBAL: R\$ 311.187,80 (TREZENTOS E ONZE REAIS, CENTO E

OITENTA E SETE REAIS E OITENTA CENTAVOS)
FUNDAMENTO LEGAL: LEI FEDERAL N.º 8666/93, DECRETOS MUNICI-PAIS Nº 047/2013 E 005/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

PRAZO: O CONTRATO VIGORARÁ ATÉ 31/12/2016

PROGRAMA DE TRABALHO: 20.02.10.302.0013.2186 ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.3.9.0.30.00.00.00

ORIGEM DO RECURSO: 202, 203, 206

NOTA DE EMPENHO: 80/2016, 81/2016, 82/2016, 83/2016, e 84/2016

DATA DA ASSINATURA: 15/01/2016 MARICÁ, 15 DE JANEIRO DE 2016. PETERSON DA SILVA CABRAL SECRETÁRIO ADJUNTO DE SAÚDE

PORTARIA N° 07, DE 15 DE JANEIRO DE 2016. DESIGNA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO CONTRATO Nº 08/2016, REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO N°  $\rm ^{1}$ 

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, considerando a deliberação da Secretaria Adjunta de Saúde em observância ao art. 34, §2 do decreto 047/2013 e Art. 3°, VIII do Decreto Municipal nº 086/12 e considerando a necessidade de regulamentar e fiscalizar o cumprimento do Contrato nº 08/2016, através do processo administrativo nº 19553/2015, que tem como objeto a aquisição parcelada de material médico hospitalar para atender as necessidades da secretaria adjunta de saúde, através da aquisição à ata de registro de preços n.º 36/2015. RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores abaixo, para compor a Comissão de Fiscali-zação de cumprimento do Contrato nº 08/2016, através do processo administrativo nº 19553/2015, que tem como objeto a aquisição parcelada de material médico hospitalar para atender as necessidades da secretaria adjunta de saúde, através da aquisição à ata de registro de preços n.º 36/2015. Jamily Domingues de Mello – Matrícula: 104264

Fabiano Mataruna da Silva - Matrícula 5684

Pedro Jorge Venancio Monteiro - Matrícula 24682 Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, gerando seus efeitos a partir de 15/01/2016.

Publique-se!

Prefeitura Municipal de Maricá, em 15 de janeiro de 2016. PETERSON DA SILVA CABRAL

SECRETÁRIO ADJUNTO DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO N.º 09/2016, REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 19550/2015.

PARTES: MUNICÍPIO DE MARICÁ E GETFARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-ME.

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITA-LAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA ADJUNTA DE SAÚDE, ATRAVÉS DA AQUISIÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PRE-

VALOR GLOBAL: R\$ 302.976,43 (TREZENTOS E DOIS MIL REAIS, NOVE-

CENTOS E SETENTA E SEIS REAIS E QUARENTA E TRÊS CENTAVOS) FUNDAMENTO LEGAL: LEI FEDERAL N.º 8666/93, DECRETOS MUNICI-PAIS Nº 047/2013 E 005/2010 E SUAS ALTERAÇÕES. PRAZO: O CONTRATO VIGORARÁ ATÉ 31/12/2016 PROGRAMA DE TRABALHO: 20.02.10.302.0013.2186 ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.3.9.0.30.00.00.00 ORIGEM DO RECURSO: 202, 203, 206 e 236 NOTA DE EMPENHO: 85/2016, 86/2016, 87/2016, 88/2016, 89/2016, 90/2016, 91/2016 e 92/2016 DATA DA ASSINATURA: 18/01/2016 MARICÁ, 18 DE JANEIRO DE 2016. PETERSON DA SILVA CABRAL

PORTARIA Nº 19, DE 18 DE JANEIRO DE 2016.

SECRETÁRIO ADJUNTO DE SAÚDE

DESIGNA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO CON-TRATO Na 09/2016, REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO No

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, considerando a deliberação da Secretaria Adjunta de Saúde em observância ao art. 34, §2 do decreto 047/2013 e Art. 3°, VIII do Decreto Municipal nº 086/12 e considerando a necessidade de regulamentar e fiscalizar o cumprimento do Contrato nº 09/2016, através do processo administrativo nº 19550/2015, que tem como objeto a aquisição parcelada de material médico hospitalar para atender as necessidades da secretaria adjunta de saúde, através da aquisição à ata de registro de preços n.º 34/2015.

Art. 1º DESIGNAR os servidores abaixo, para compor a Comissão de Fiscali-zação de cumprimento do Contrato nº 09/2016, através do processo administrativo nº 19550/2015, que tem como objeto a aquisição parcelada de material médico hospitalar para atender as necessidades da secretaria adjunta de saúde, através da aquisição à ata de registro de preços n.º 34/2015. Jamily Domingues de Mello – Matrícula: 104264

Fabiano Mataruna da Silva - Matrícula 5684 Pedro Jorge Venancio Monteiro - Matrícula 24682

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, gerando seus efeitos a partir de 18/01/2016.

Publique-se! Prefeitura Municipal de Maricá, em 18 de janeiro de 2016. PETERSON DA SILVA CABRAL SECRETÁRIO ADJUNTO DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO N.º 10/2016, REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 815/2016.

PARTES: MUNICÍPIO DE MARICÁ E INVICTOS COMÉRCIO E SERVIÇOS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS ESPECIAIS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA ADJUNTA DE SAÚDE, ATRAVÉS DA AQUISIÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°35/2015

VALOR GLOBAL: R\$ 53.000,00 (CINQUENTA E TRÊS MIL REAIS) FUNDAMENTO LEGAL: LEI FEDERAL N.º 8666/93, DECRETOS MUNICI-PAIS Nº 047/2013 E 005/2010 E SUAS ALTERAÇÕES. PRAZO: O CONTRATO VIGORARÁ ATÉ 31/12/2016

PROGRAMA DE TRABALHO: 20.02.10.302.0013.2186 ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.3.9.0.30.00.00.00

ORIGEM DO RECURSO: 203 NOTA DE EMPENHO: 93/2016 DATA DA ASSINATURA: 18/01/2016 MARICÁ, 18 DE JANEIRO DE 2016. PETERSON DA SILVA CABRAL

SECRETÁRIO ADJUNTO DE SAÚDE

PORTARIA Nº 20, DE 18 DE JANEIRO DE 2016.

DESIGNA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO CONTRATO Nº 10/2016, REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 815/2016.

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, considerando a deliberação da Secretaria Adjunta de Saúde em observância ao art. 34, §2 do decreto 047/2013 e Art. 3°, VIII do Decreto Municipal nº 086/12 e considerando a necessidade de regulamentar e fiscalizar o cumprimento do Contrato nº 10/2016, através do processo administrativo nº 815/2016, que tem como objeto a aquisição de alimentos especiais para atender as necessidades da Secretaria Adjunta de Saúde, através da aquisição à ata de registro de preços n.º 35/2015.

Art. 1º DESIGNAR os servidores abaixo, para compor a Comissão de Fiscali-zação de cumprimento do Contrato nº 10/2016, através do processo administrativo nº 815/2016, que tem como objeto a aquisição de alimentos especiais para atender as necessidades da Secretaria Adjunta de Saúde, através da aquisição à ata de registro de preços n.º 35/2015.

Jamily Domingues de Mello - Matrícula: 104264 Fabiano Mataruna da Silva - Matrícula 5684 Pedro Jorge Venâncio Monteiro - Matrícula 24682

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, gerando seus efeitos a partir de 18/01/2016. Publique-se!

Prefeitura Municipal de Maricá, em 18 de janeiro de 2016. PETERSON DA SILVA CABRAL SECRETÁRIO ADJUNTO DE SAÚDE

### **SECRETARIA ADJUNTA DE TURISMO**

**ERRATA** 

PORTARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ, № 273 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2015.

DESIGNA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO CON-TRATO N.º 273/2015 REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 17246/2015.

PUBLICADO NO DIA 28/12/2015 DO JOM, ANO VII, EDIÇÃO Nº 625, PÁ-GINA 07.

RATIFICO:

ONDE SE LÊ: "Elson Ribeiro dos Santos - Matrícula Nº. 1261". LEIA-SE: "Elson Ribeiro dos Santos - Matrícula Nº. 01291".

MARICÁ, 23 DE FEVEREIRO DE 2016. AMAURY VICENTE BAPTIS BAPTISTA DO **NASCIMENTO** SECRETÁRIO ADJUNTO DE TURISMO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 293/2015, REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 18289/2015.

PARTES: MUNICÍPIO DE MARICÁ E ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AR-TES E CULTURA - PRODARTE

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ESTRUTU-RAS PARA EVENTOS- ESPRAIADO DE PORTAS ABERTAS - DEZEM-BRO, NO ESPRAIADO MARIÇÁ/RJ, A SER REALIZADO NO DIA 06 DE DEZEMBRO DE 2015, ATRAVÉS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 08/2015 (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14073/2014, REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2015).

VALOR: R\$ 11.681,00 (ONZE MIL SEICENTOS E OITENTA E UM REAIS). FUNDAMENTO LEGAL: ART. 15, §3° DA LEI FEDERAL N.º 8666/93, DECRETO MUNICIPAL N.º 047/2013 E LEGISLAÇÃO CORRELATA.

PRAZO: 01 (UM) MESES.
PROGRAMA DE TRABALHO: 21.01.23.695.0011.2085
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.3.9.0.39.00.00.00

ORIGEM DO RECURSO: 206 NOTA DE EMPENHO: 2831/2015 DATA DA ASSINATURA: 30/11/2015

MARICÁ, 30 DE NOVEMBRO DE 2015. AMAURY VICENTE BAPTISTA DO NASCIMENTO SECRETÁRIO ADJUNTO DE TURISMO

PORTARIA Nº 293, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

DESIGNA COMISS ÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO CONTRATO N.º 293/2015 REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATI-VO N.º 18289/2015.

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE TURISMO, no uso de suas atribuições legais, considerando a deliberação da Coordenadoria de Contratos e Convênios, em observância ao art. 34 § 2º do decreto 047/2013 e Art. 3º, VIII do decreto municipal n.º 086/12 e considerando a necessidade de regulamentar e fiscalizar o cumprimento do contrato n.º 293/2015, contratação de serviço de locação de estruturas para eventos - espraiado de portas abertas- dezembro, a ser realizado no dia 06 de dezembro de 2015 – Espraiado - Maricá/RJ, através da ata de registro de preços n.º 08/2015 (processo administrativo nº 14073/2014, referente ao pregão presencial nº 04/2015). RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores, abaixo, para compor a Comissão de Fiscalização, do contrato n.º 293/2015 do processo administrativo n.º 18289/2015, contratação de serviço de locação de estruturas para eventos - espraiado de portas abertas- dezembro, a ser realizado no dia 06 de dezembro de 2015 espraiado - maricá/rj, através da ata de registro de preços n.º 08/2015 (processo administrativo nº 14073/2014, referente ao pregão presencial nº 04/2015). Elson Ribeiro dos Santos - Matrícula Nº. 1291

Jorge Braga Junio - Matrícula Nº. 100.612

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, gerando seus efeitos a partir de 30/11/2015 Publique-se!

Prefeitura Municipal de Maricá, em 30 de Novembro de 2015. AMAURY VICENTE BAPTISTA DO NASCIMENTO SECRETÁRIO ADJUNTO DE TURISMO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 295/2015, REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 18288/2015.

PARTES: MUNICÍPIO DE MARICÁ E ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AR-TES E CULTURA - PRODARTE.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS PARA EVENTOS- SOB O CÉU, SOB O SOL DE MARICÁ- DEZEMBRO, NA PRAÇA CONSELHEIRO MACEDO SOARES- MARICÁ/RJ, A SER REALIZADO NOS DIAS 04/12, 11/12, 18/12, 19/12, 23/12, 26/12 E 30 DE DEZEMBRO DE 2015, ATRAVÉS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 08/2015 (PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 14073/2014, REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2015).

VALOR: R\$ 27.638,80 (VINTE SETE MIL SEISSENTOS E TRINTA E OITO

REAIS E OITENTA CENTAVOS).

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 15, §3º DA LEI FEDERAL N.º 8666/93, DE-CRETO MUNICIPAL N.º 047/2013 E LEGISLAÇÃO CORRELATA. PRAZO: 01 (UM) MESES.

PROGRAMA DE TRABALHO: 21.01.23.695.0011.2085 ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.3.9.0.39.00.00.00 ORIGEM DO RECURSO: 206 NOTA DE EMPENHO: 2829/2015 DATA DA ASSINATURA: 30/11/2015 MARICÁ, 30 DE NOVEMBRO DE 2015. AMAURY VICENTE BAPTISTA DO NASCIMENTO SECRETÁRIO ADJUNTO DE TURISMO

PORTARIA Nº 295, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

DESIGNA COMISS ÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO CONTRATO N.º 295/2015 REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATI-VO N.º 18288/2015.

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE TURISMO, no uso de suas atribuições legais, considerando a deliberação da Coordenadoria de Contratos e Convênios, em observância ao art. 34 § 2º do decreto 047/2013 e Art. 3º, VIII do decreto municipal n.º 086/12 e considerando a necessidade de regulamentar e fiscalizar o cumprimento do contrato n.º 295/2015, contratação de serviço de locação de estruturas para eventos - sob o céu, sob o sol de Maricá, a ser realizado nos dias 04/12, 11/12, 18/12, 19/12, 23/12, 26/12 e 30 de dezembro de 2015 - Praça Conselheiro Macedo Soares - Maricá/RJ, através da ata de registro de preços n.º 08/2015 (processo administrativo nº 14073/2014, referente ao pregão presencial nº 04/2015).

Art. 1º DESIGNAR os servidores, abaixo, para compor a Comissão de Fiscalização, do contrato n.º 295/2015 do processo administrativo n.º 18288/2015, contratação de serviço de locação de estruturas para eventos sob o céu, sob o sol de Maricá, a ser realizado nos dias 04/12, 11/12, 18/12, 19/12, 23/12, 26/12 e 30 de dezembro de 2015 – Praça Conselheiro Macedo Soares – Maricá/RJ, através da ata de registro de preços n.º 08/2015 (processo administrativo nº 14073/2014, referente ao pregão presencial nº 04/2015).

Gianne Sigueira Mello de Souza - Matrícula Nº. 101.802 Reginaldo Botellho da Silva Costa - Matrícula Nº. 101.451

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, gerando seus efeitos a partir de 30/11/2015. Publique-sel

Prefeitura Municipal de Maricá, em 30 de Novembro de 2015 AMAURY VICENTE BAPTISTA DO NASCIMENTO SECRETÁRIO ADJUNTO DE TURISMO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 296/2015, REFERENTE AO PROCESSO

ADMINISTRATIVO N.º 17828/2015, NEI EIXENTE AO FROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 17828/2015, PARTES: MUNICÍPIO DE MARICÁ E ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AR-TES E CULTURA - PRODARTE.

TES E CULTURA - PRODARTE.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS PARA EVENTOS - 3º PARADA DO ORGULHO LGBT DE MARICÁ, NA PRAÇA DR. ORLANDO DE BARROS PIMENTEL, CENTRO - MARICÁ/RJ, A SER REALIZADO NO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2015, ATRAVÉS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 08/2015 (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14073/2014, REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2015) 04/2015).

VALOR: R\$ 9.507,00 (NOVE MIL QUINHENTOS E SETE REAIS). FUNDAMENTO LEGAL: ART. 15, §3° DA LEI FEDERAL N.º 8666/93, DE-CRETO MUNICIPAL N.º 047/2013 E LEGISLAÇÃO CORRELATA.

PRAZO: 01 (UM) MESES.
PROGRAMA DE TRABALHO: 21.01.23.695.0011.2085
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.3.9.0.39.00.00.00
ORIGEM DO RECURSO: 236

NOTA DE EMPENHO: 2839/2015 DATA DA ASSINATURA: 30/11/2015 MARICÁ, 30 DE NOVEMBRO DE 2015. AMAURY, VICENTE BAPTISTA DO NASCIMENTO

SECRETÁRIO ADJUNTO DE TURISMO

PORTARIA Nº 296, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015. DESIGNA COMISS ÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO CONTRATO N.º 296/2015 REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATI-VO N.º 17828/2015.

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE TURISMO, no uso de suas atribuições legais, considerando a deliberação da Coordenadoria de Contratos e Convênios, em observância ao art. 34 § 2º do decreto 047/2013 e Art. 3º, VIII do decreto municipal n.º 086/12 e considerando a necessidade de regulamentar e fiscalizar o cumprimento do contrato n.º 296/2015, cujo objeto é a contratação de serviço de locação de estruturas para eventos – 3º parada do orgulho LGBT de Maricá, a ser realizado no dia 13 de dezembro de 2015 – Praça Dr. Orlando de Barros Pimentel, Centro - Maricá/RJ, através da ata de registro de preços n.º 08/2015 (processo administrativo nº 14073/2014, referente ao pregão presencial nº 04/2015). RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores, abaixo, para compor a Comissão de Fiscalização, do contrato n.º 296/2015 do processo administrativo n.º 17828/2015, cujo objeto é a contratação de serviço de locação de estruturas para eventos — 3º parada do orgulho LGBT de Maricá, a ser realizado no dia 13 de dezembro de 2015 - Praça Dr. Orlando de Barros Pimentel, Centro - Maricá/RJ,

através da ata de registro de preços n.º 08/2015 (processo administrativo nº 14073/2014, referente ao pregão presencial nº 04/2015).

Elson Ribeiro dos Santos - Matrícula Nº. 1291 Leonardo Dantas Coutinho - Matrícula Nº. 101.604

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, gerando seus efeitos a partir de 30/11/2015. Publique-se!

Prefeitura Municipal de Maricá, em 30 de Novembro de 2015. AMAURY VICENTE BAPTISTA DO NASCIMENTO SECRETÁRIO ADJUNTO DE TURISMO

EXTRATO DO TERMO № 01 DE RERRATIFICAÇÃO DO CONTRATO N.º 15/2015, REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11749/2015. PARTES: MUNICÍPIO DE MARICÁ E ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AR-TES E CULTURA - PRODARTE.

OBJETO: O PRESENTE TERMO TEM POR OBJETO RETIFICAR, EM DE-CORRÊNCIA DE ERRO MATERIAL, A CLÁUSULA QUINTA — DA REMU-NERAÇÃO CONTRATUAL DO CONTRATO N.º 177/2015, QUE TEM POR OBJETO CONTRATO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS PARA EVENTOS — CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, NO ROTARY CLUB MARICÁ, NO BAIRRO DO CAXITO — MARICÁ, A SER REALIZADO NO DIA 13 DE AGOSTO DE 2015, NA FORMA ABAIXO. PARÁGRAFO ÚNIÇO: A CLÁUSULA QUINTA PASSA A TER A SEGUIN-TE REDAÇÃO: "DÁ-SE A ESTE CONTRATO O VALOR GLOBAL DE R\$ 2.077,90 (DOIS MIL E SETENȚA E SETE REAIS E NOVENTA CENTAVOS), SENDO ESTE VALOR PASSÍVEL DE ALTERAÇÃO PELA OCORRÊNCIÁ DE EVENTOS SUPERVENIENTES QUE ALTEREM O EQUILÍBRIO ECO-NÔMICO-FINANCEIRO, NOS MOLDES DO ART. 65 E §§ DA LEI FEDERAL N.º 8.666/93".

RATIFICAÇÃO: FICAM MANTIDAS TODAS AS DEMAIS CLÁUSULAS IN-TEGRANTES DO CONTRATO Nº 177/2015, DESDE QUE COMPATÍVEIS COM O PRESENTE TERMO.

FUNDAMENTO LEGAL: LEI FEDERAL N.º 8.666/93, DECRETO MUNICI-PAL Nº 047/2013 E SUAS ALTERAÇÕES. DATA DA ASSINATURA: 11/12/2015 MARICÁ, 11 DE DEZEMBRO DE 2015.

AMAURY VICENTE BAPTISTA DO NASCIMENTO SECRETÁRIO ADJUNTO DE TURISMO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 317/2015, REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 19019/2015.

PARTES: MUNICÍPIO DE MARICÁ E OCEANIC PROMOÇÕES E EVEN-TOS LTDA-ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO SHOW ARTÍSTICO COM O GRUPO FULIA DU PIMENTA- RÉVEILLON 2015/2016, A SER REALIZADO NO DIA 31 DE DE-ZEMBRO DE 2015, NA RUA LEONARDO JOSÉ ANTUNES, CONDOMÍNIO MINHA CASA MINHA VIDA CARLOS ALBERTO SOARES DE FREITAS, INOÃ - MARICÁ/RJ.

VALOR: R\$ 7.500,00 (SETE MIL E QUINHENTOS REAIS) FUNDAMENTO LEGAL: ART. 25, III DA LEI FEDERAL N.º 8666/93, DECRE-TO MUNICIPAL N.º 047/2013 E LEGISLAÇÃO CORRELATA.

PRAZO: ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

PROGRAMA DE TRABALHO: 21.01.23.695.0011.2098 ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.3.9.0.39.00.00.00

ORIGEM DO RECURSO: 206 NOTA DE EMPENHO: 2994/2015 DATA DA ASSINATURA: 30/12/2015 MARICÁ, 30 DE DEZEMBRO DE 2015.

AMAURY VICENTE BAPTISTA DO NASCIMENTO SECRETÁRIO ADJUNTO DE TURISMO

PORTARIA Nº 317 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015.

DESIGNA COMISS ÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO CONTRATO N.º 317/2015 REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATI-VO N.º 19019/2015.

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE TURISMO, no uso de suas atribuições legais, considerando a deliberação da Coordenadoria de Contratos e Convênios, em observância ao art. 34 § 2º do decreto 047/2013 e Art. 3º, VIII do decreto municipal n.º 086/12 e considerando a necessidade de regulamentar e fiscalizar o cumprimento do contrato n.º 317/2015, cujo objeto é a contratação show artístico com o Grupo Fulia du Pimenta-Réveillon 2015/2016, a ser realizado no dia 31 de dezembro de 2015, na rua leonardo josé antunes, condomínio minha casa minha vida carlos alberto soares de freitas, inoã - maricá/rj.

Art. 1º DESIGNAR os servidores, abaixo, para compor a Comissão de Fiscalização, do contrato n.º 317/2015 do processo administrativo n.º 19019/2015, cujo objeto é a contratação show artístico com o Grupo Fulia du Pimenta-Réveillon 2015/2016, a ser realizado no dia 31 de dezembro de 2015, na rua leonardo josé antunes, condomínio minha casa minha vida carlos alberto soares de freitas, inoã - maricá/rj. Vinícius Netto dos Santos - Matrícula N°. 101.3745

Luiz Felipe Oliveira de Lucena - Matrícula Nº. 102.419

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, gerando seus efeitos a partir de 30/12/2015. Publique-se!

Prefeitura Municipal de Maricá, em 30 de dezembro de 2015. AMAURY VICENTE BAPTISTA DO NASCIMENTO SECRETÁRIO ADJUNTO DE TURISMO

# CONSTRUINDO UMA CIDADE CADA VEZ + HUMANA

# **ÔNIBUS GRÁTIS**

1 MILHÃO DE PASSAGEIROS EM APENAS 5 MESES





prefeiturademarica



@MaricaRJ



@prefeiturademarica